

## CARACTERÍSTICAS GERAIS E PROBLEMAS DA PESCA AMAZÔNICA NO PARÁ<sup>1</sup>

Lourdes Gonçalves Furtado<sup>2</sup>

**RESUMO** - A Amazônia, por suas condições hidrográficas, apresenta três áreas que propiciam a exploração dos recursos naturais ictiológicos disponíveis: o mar, os rios e os lagos, possibilitando as pescas marítimas ou costeiras e flúvio-lacustres, tradicionalmente exploradas pelos pequenos produtores artesanais.

A partir da década de 70, implantou-se, no Pará, o parque industrial pesqueiro sob a égide dos recursos oriundos da política de incentivos fiscais para a Amazônia, iniciando-se, efetivamente, a pesca industrial em áreas de alto mar, não alcançáveis pelos pescadores artesanais devido à simplicidade de tecnologia que eles detêm, incompatível com viagens a longa distância e tempo de permanência. Daí, diversificou-se, no Pará, o setor pesqueiro, do ponto de vista técnico-social: de um lado o artesanal e, de outro, o industrial, ambos necessários para a economia do Estado e da região, porém, desigualmente aquinhoados no que tange a estímulos financeiros oficialmente definidos.

Neste artigo se apresentam as características desse setor, enfatizando-se os problemas. Os dados sustentam-se em pesquisa de campo e bibliografia, como parte de um estudo mais amplo que procura dar conta da organização social e do processo de mudanças na atividade pesqueira nas regiões interiores do Pará, tendo como ângulo de análise a região do médio rio Amazonas. Como tal, o assunto deste artigo é um dos capítulos da monografia apresentada à Universidade de São Paulo (USP), como tese de doutorado, em novembro de 1989.

Os principais temas aqui tratados relacionam-se à vocacionalidade da região para as atividades pesqueiras, às lacunas existentes no conhecimento sobre os estoques pesqueiros, às características gerais do setor pesqueiros artesanal e suas dificuldades. Ilustrações e mapas acompanham a descrição apresentada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesca artesanal, Pesca flúvio-lacustre, Pesca amazônica, Política pesqueira, Pesca predatória.

<sup>1</sup> Versão preliminar apresentada na monografia Pescadores do rio Amazonas como tese de Doutorado na Universidade de São Paulo/USP, em novembro de 1989.

<sup>2</sup> SCT-PR/CNPQ, Museu Paraense Emílio Goeldi, Dept<sup>o</sup> de Ciências Humanas.

**ABSTRACT:** *The Amazon Basin, because of its hydrography, offers three areas appropriate for the exploitation of its fishing potential: the open sea, rivers, and floodplain lakes, giving rise to maritime or costal and river-lake fisheries, the latter traditionally employing small-craft fishermen.*

*Beginning in the 1970's, industrial fisheries were installed in Pará State, northern Brazil, with the aid of official fiscal incentives for investment in open sea fishing that is beyond the reach of small-craft fishermen whose equipment and vessels can not make long ocean voyages or to remain away from port for long periods of time. From then until the present, the fisheries sector in Pará became more diversified, from the social and technical points of view, with the traditional fishermen on the one hand and the industrial fishing fleets on the other hand. Both are necessary to the state and regional economies, even though they are unequally supported in terms of official financial incentives and subsidies.*

*In this paper the characteristics of the Pará fisheries are presented, with emphasis on problems that have arisen. The data are derived from both field work and a review of the relevant literature. This paper is, moreover, part of a wider study on the social organization and the process of change in fishing activities in the Pará hinterland, especially along the Amazon River. The subject of this paper was that of a chapter of the author's doctoral thesis presented to the University of São Paulo (Furtado 1989).*

*The principal themes treated herein are related to the natural vocation of the region for fishing, the deficiencies in knowledge about fishing grounds and fishing stocks, general characteristics of traditional fisheries, and difficulties encountered by traditional fishermen. Illustrations and maps accompany the text.*

**KEY WORDS:** Industrial Fishing, River and lake fisheries, Amazonian fishermen, shermen, Fishing politic, Predatory fishing.

## INTRODUÇÃO

Muitos são os trabalhos acadêmicos sobre populações agrícolas da Amazônia, gerando uma considerável produção de conhecimento sobre esse setor. Poucos, entretanto, são aqueles que abordam as populações pesqueiras dessa região em seus aspectos organizacionais em sua dinâmica como tema de análise. O interesse por essas populações cresce a partir do momento em que a atividade pesqueira começa a apresentar-se cada vez mais em crise ao nível da produção, comercialização e reprodução social do grupo que a pratica.

A pesca, enquanto atividade social produtiva, é uma das mais antigas não só na região amazônica como no mundo<sup>3</sup>. Tradicionalmente praticada

---

<sup>3</sup> Dardel (1946:6) baseando-se em Hérubel remete-nos ao paleolítico como a época mais antiga na qual a pesca ocupava um lugar especial entre as atividades humanas. Cf Dardel, 1946:6. A presença de sambaquis na região é um indicador das relações do homem com o meio aquático, revelando a atividade coletora de moluscos para subsistência em períodos pré-cabralinos, na Amazônia; as condições físicas dessa região, por outro lado, não favorecem a prática da pesca pelos grupos sociais que nela habitaram.

por pequenos produtores como atividade associada a outras, no Pará ocupa espaço distintos, explorando seus recursos naturais como instrumentos simples de trabalho e de modo sazonal; está presente entre muitas populações que habitam desde a orla marítima até as margens de rios e lagos do interior amazônico. Essa forma de organização tradicional, em cuja tecnologia reponta a influência luso-americana, coexiste hoje com a forma mais moderna de pesca que é a pesca industrial e com ela forma o setor pesqueiro paraense. É com relação à forma tradicional de pesca desse setor que gira o tema desta monografia.

Conquanto a situação tradicional da pesca seja um rico repositório para pesquisa e análise, só recentemente tornou-se alvo de estudos mais intensos por parte de pesquisadores que têm na sociedade rural amazônica o cenário de suas observações e interpretações.

À medida em que a atividade pesqueira tradicional apresenta alterações mais evidentes na sua estrutura social, nas relações entre o homem e o ecossistema, isto é, nas formas de acesso ao espaço aquático, começa a despertar um fluxo crescente de interesses acadêmicos. Percebe-se uma coincidência entre a trajetória social, política e econômica da pesca com a produção acadêmica. Isto torna-se perceptível, sobretudo, a partir da década de 70, quando começam a proliferar estudos sobre pesca na Amazônia particularmente no Pará, com uma tônica diferente da dos estudos anteriores, onde as preocupações atuais convergem para as contradições do processo de desenvolvimento pesqueiro na região sobre as comunidades de pequenos produtores da pesca. Essa produção acadêmica ficará mais clara no item seguinte. Por enquanto queremos nos ater às atuais condições gerais da pesca na Amazônia para traçar um panorama do contexto onde se inserem nossas preocupações.

Este artigo é parte da nossa tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, cuja pesquisa se desenvolveu na região das águas interiores do Pará, na região do Médio Amazonas.

## UMA REGIÃO VOCACIONADA PARA A PESCA

Tem-se dito que essa região é uma área vocacionada para a pesca devido às suas condições hidrobiológicas. Graças a isso, estímulos têm sido injetados particular e oficialmente para a exploração dos recursos pesqueiros.

A política dos incentivos fiscais para a região é um dos exemplos.

Essa vocação corresponde à diversidade de mananciais piscícolas existentes (rios, lagos, igarapés, furos, paranás e à variedades de espécies ictiológicas, de crustáceos e moluscos contidas nesses mananciais. A avaliação dessas potencialidades entretanto, não conta ainda com uma base de prospecção científica, tanto que ainda permanecem válidas as afirmações como a de Freitas quanto às estimativas de avaliação dos estoques pesqueiros existentes, segundo ele “são muito divergentes essas estimativas e se baseiam em considerações carentes de prospecções científicas”. E acrescenta que “o conhecimento exato dos estoques pesqueiros na região amazônica, é um pré-requisito para o seu uso racional” Freitas(1977:1-62), principalmente na atua-

lidade quando já se percebem sinais evidentes da intensa exploração desses mananciais que, a partir da década de 70, intensifica-se a captura de peixe nas águas litorâneas, estuarinas e interiores da Amazônia, por um processo praticamente diferenciado do modelo tradicional de pesca utilizado pela população cabocla<sup>4</sup> local.

As evidências de intensa exploração se manifestam na rarefação de algumas espécies de peixes que habitualmente transitam pelos circuitos de atividades já conhecidos dos pescadores regionais como é o caso da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e de outras espécies altamente consumidas pela população amazônica, como a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), o mapará (*Hypopthalmus* sp.) e o tamuatá (*Hoplosternum littorale*). Este último vem sendo alvo de interesses empresariais do Suriname.

Embora as estatísticas sobre pesca sejam deficientes e irregulares, reunimos alguns dados do IDESP (1981:147 e 1982:151) e do IBGE (1985:26 e 1986:27) para demonstrar os níveis de captura de piramutaba de 1977 a 1982. Observe-se o quadro a seguir com base nessas informações.

Quadro 1  
Quadro demonstrativo da captura industrial de piramutaba no  
Pará

ANOS	TONELADAS
1977	22.482.443
1978	17.445.976
1979	16.575
1981	10.597(*)
1982	7.938(**)
TOTAL	39.963.512

(\*) Só até o 1º semestre

(\*\*) Só até o 1º semestre

<sup>4</sup> Reconhecendo-se que essa terminologia envolve discussão, refere-se aqui como população cabocla àquele segmento da sociedade rural amazônica que mobiliza, principalmente, recursos primários de modo artesanal para sua subsistência. Habita em geral, lugares afastados dos centros urbanos da região. Em seu bojo inclui pescadores, lavradores, extratores e coletores.

Tais evidências intensificam-se na razão direta da exploração pesqueira das empresas industriais<sup>5</sup> sediadas na Amazônia e, particularmente no Pará. Estas, em geral, foram contempladas com recursos oriundos da política de incentivos fiscais, geridos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Importa, porém, dizer que a ação destas empresas, não obstante os benefícios que têm gerado ao setor de exportação estadual, tem se revestido de práticas predatórias de efeito perverso, tanto para a natureza do ecossistema marinho, litorâneo, estuário e fluvial do Estado do Pará como para a sociedade, que tem nos recursos da natureza parte vital para sua sustentação. Predam a cadeia alimentar que tem um efeito direto sobre as espécies vivas desses ambientes, comprometendo a sua reprodução biológica o que, conseqüentemente, refletir-se-à nas condições objetivas da população que depende da pesca dessas espécies.

Um documento da Federação dos Pescadores do Pará (FEPA 1986), elaborado recentemente para exposição no "Encontro Estadual sobre Gerenciamento dos Recursos Hídricos" realizado em Belém, deixa clara a situação de choque entre a pesca industrial e a pesca tradicional ou artesanal no Pará<sup>6</sup>. Textualmente diz a FEPA: "a pesca industrial, instalada nesta região, efetivamente, em 1970, representada por empresas oriundas do nordeste e sul do país, para os serviços de captura, industrialização e exportação de camarão rosa e da piramutaba, vem causando sistemática devastação de nossos recursos pesqueiros" (...) Ao longo desses anos essa atividade vem sendo contínua e ininterrupta, sem a proteção de um período de defeso, como ocorre em outras partes do Brasil. Assim, esses mananciais vêm sendo submetidos a um verdadeiro saque tanto pela ausência do período de defeso, como pelo número excessivo de embarcações" (...) "o maior delito que vem sendo cometido refere-se à fauna acompanhante, ou seja, ao pescado que é capturado junto com o camarão rosa" FEPA (1986:2-3).

A questão do envolvimento da "fauna acompanhante" nas pescarias industriais do camarão é um dos sérios e inevitáveis efeitos desse tipo de captura. Ao capturar o camarão, a frota pesqueira arrasta incondicionalmente uma grande quantidade de recursos naturais vivos que habitam o ambiente de pescaria dentre os quais, peixes que ainda não alcançaram seu estado de ma-

---

<sup>5</sup> No Pará a atividade pesqueira industrial ou empresarial é conceituada como "o exercício das atividades de captura, conservação, beneficiamento, transformação ou industrialização de seres animais ou vegetais, que tenham na água o seu meio natural ou mais freqüente de vida" Brito (1975:4). É exercida, teoricamente, a partir de 10 milhas da costa paraense e região estuarina com frota própria e/ou arrendada do Japão, Coreia e Estados Unidos. No âmbito das águas interiores as indústrias não fazem captura, apenas processam o pescado comprado dos pequenos produtores da pesca.

<sup>6</sup> Esperamos fazer, nesta monografia, um esclarecimento quanto ao termo pesca artesanal a fim de que o mesmo fique escoimado de imprecisões ou ambigüidades.

<sup>7</sup> Fauna acompanhante é a terminologia atribuída oficialmente à gama de recursos naturais vivos, sobretudo peixes de todos os tamanhos, capturados durante as operações da pesca industrial do camarão, e que não é aproveitada pelo mesmo por não ser de interesse comercial. Recentemente a SUDEPE/PA assinou um convênio com a Comissão Interministerial para Recursos do Mar - CIRME e o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará - IDESP para o aproveitamento das espécies que compõem esta "fauna acompanhante".

turação. Ao recolher a rede para sua dês carga na embarcação, a quantidade de peixes que é capturada chega a atingir uma quantidade de 15 quilos de peixes para 1 kg de camarão (Federação dos Pescadores do Pará 1986:2-3), quantidade esta confirmada por pescadores que trabalham nas indústrias pesqueiras, por representantes do Sindicato de Patrões de Pesca<sup>8</sup> presentes ao Seminário do "Grupo de Estudos e Pesquisas do Camarão" realizado em Belém, em maio de 1986, pela SUDEPE e pela Federação dos Pescadores do Pará.

Com o empuxo da embarcação industrial em operação de pesca, a rede de captura se fecha de tal modo que não permite a seletividade das espécies fcticas que acompanham os cardumes de camarão. O que é apesado, afora o camarão, é devolvido ao mar, porém já morto. Segundo relatório da SUDEPE, no ano de 1985 "foram destruídas cento e dezoito mil, novecentos e quarenta e sete toneladas (118.947 T.) de "fauna acompanhante" somente na atividade de captura do camarão rosa, tomando por base a média de um quilo de camarão rosa por quinze quilos de "fauna acompanhante", desprezando-se as épocas do ano em que essa média é substituída pela relação um quilo de camarão para duzentos quilos de peixes". Federação dos Pescadores do Pará (1986:4).

O problema parece mais complicado, quando se olha para a destruição dos estoques que a cada operação pesqueira dessa natureza se dá, sem o devido controle e fiscalização por parte da SUDEPE. E, por outro lado, se pensarmos nas dificuldades de abastecimento da população numa época já de crise alimentar. Até agora nada foi feito ou previsto para se chegar a coibir ações deste tipo cujo efeito perverso se reflete negativamente na sustentação dos estoques, comprometendo, conseqüentemente, as possibilidades de reprodução para o abastecimento futuro da população regional. À medida que esse fato se intensifica e se repete, certamente efeitos danosos poderão acarretar para a atividade da pesca tradicional da região, da qual flui o abastecimento interno regional.

Até agora ainda não há estudos suficientes para se avaliar as potencialidades ictiológicas das áreas de operações de pesca onde se verifica este problema, nem tampouco para se aferir quantidades sustentáveis de captura. Igualmente, não se processaram quaisquer estudos prospectivos antes da implantação dos projetos industriais no Pará na década de 70. Urge, portanto que os órgãos oficiais estimulem concomitantemente estudos e pesquisas científicas neste campo e no social, tendo em vista a conveniência ou não de pescarias industriais e seu respectivo controle, e, por outro lado, a construção de uma base de argumentação científica que sustente a "vocacionalidade" da Amazônia como região eminentemente pesqueira. Tais estudos e pesquisas ajudariam a definir, com segurança, o potencial efetivo dos estoques pesqueiros e os níveis sustentáveis de captura nas diversas áreas de incidência da pesca tanto industrial como a artesanal.

<sup>8</sup> Os patrões de pesca constituem uma categoria de trabalhadores do mar que se ocupa como encarregado das embarcações pesqueiras da frota industrial. Configuram uma relação de trabalho dentro dos moldes capitalistas cuja remuneração se dá pela forma de assalariamento. As tomadas de decisão durante as operações de pesca são de inteira responsabilidade do patrão de pesca.

Com base então em pesquisas que se permitam ter uma base de dados para se avaliar e definir o ciclo de vida e os processos migratórios das principais espécies existentes nos mananciais piscosos, e o manejo do ambiente pelo homem, criam-se possibilidades de se evitar os efeitos lesivos que atualmente se evidenciam nas áreas de pesca industrial na Amazônia particularmente no Pará, acarretando consideráveis custos sociais para a população regional; viabiliza-se o estabelecimento de defesos<sup>9</sup> ou mesmo de "reservas" temporárias ou permanentes, tanto de interesse para o setor industrial como para o artesanal.

Um esforço de pesquisa tanto na área social como na biológica é crucial diante da intensificação de pesca que se torna recorrente em toda a Amazônia, tanto do lado industrial como do artesanal.

É oportuno aqui lembrar que o esforço de pesca vem se verificando onde quer que haja ocorrência de espécies valorizadas pelos mercados regionais, nacionais e internacionais. Goulding (1975:3), por exemplo, estudando a ecologia da pesca do rio Madeira, nota que o esforço de pesca naquela região "está crescendo demasiadamente rápido para que programas de controle esperem por análises feitas durante um longo período de tempo". Isto reforça o que foi postulado anteriormente. Que além dos programas de estudos de natureza básica, há que se empreender, urgentemente, pesquisas voltadas para inventários de áreas pesqueiras, prospecções de cardumes, para avaliação de produção pesqueira sustentável nos mananciais piscosos, cujos resultados possam fornecer diretrizes para controle dos recursos vivos pertinentes, não só nas áreas já afetadas, mas em outros reconhecidamente pesqueiros.

Essa estratégia científica de conhecimento da natureza nos ecossistemas marinhos e flúvio-lacustres, torna-se relevante nos dias atuais. Tal estratégia ainda não chegou a se constituir numa prática na região, pelo menos no Estado do Pará. Reclama-se hoje que antes da implantação dos chamados projetos industriais da pesca dever-se-iam ter feito estudos cujos resultados apontassem a viabilidade ou não de implantação de tais projetos. Entretanto o imediatismo que caracterizava as intenções desses projetos, o aqodamento na busca de lucros, não apontaram para estudos de viabilidade de sua implantação.

Se isto não ocorreu, não se deve considerar a situação como a de leite derramado. Tempo ainda há, basta que se crie uma política de pesquisas para a região atrelada a uma nova filosofia de desenvolvimento que se adequê para a Amazônia.

## LACUNAS NO CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE ESTOQUES PESQUEIROS

Conquanto tenha crescido o interesse acadêmico pelo setor pesqueiro do Pará e/ou da Amazônia, ainda se percebem grandes lacunas em seu co-

---

<sup>9</sup> Expressão utilizada para definir um período em que as pescarias são suspensas em função da manutenção da reprodução do ciclo de vida dos peixes e/ou recursos marinhos e flúvio-lacustres privilegiados comercialmente.

nhecimento pelo fato de não podermos contar com uma considerável gama de pesquisas sobre o setor, tanto no campo social como no da hidrobiologia e/ou biologia pesqueira (Penner 1984:62).

No âmbito da hidrobiologia só recentemente essa idéia vem preocupando instituições e pesquisadores do setor.

No Pará, a SUDEPE realizou algumas pesquisas na área do litoral e na costa do Amapá, privilegiando espécies como a do camarão rosa (*Penaeus subtilis*) e a da piramutaba (*Brachyplatistoma vaillanti*). Recentemente publicou um relatório cujo conteúdo é a tentativa de avaliação da participação de peixes na pesca industrial de camarão no Norte do Brasil<sup>10</sup>. Neste mister a SUDEPE possui no Pará uma equipe de engenheiros de pesca, empenhada em pesquisas biológicas de espécies que interessam às finalidades empresariais do setor industrial no ramo da pesca.

Há uma tendência para que as pesquisas sobre biologia do camarão se acentuem. Na estrutura organizacional da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, há um espaço dedicado a estudos de espécies rentáveis comercialmente como o camarão e a piramutaba. Tanto é que se criaram os Grupos Permanentes de Estudos para o camarão e para a piramutaba. São os já conhecidos dos GPEs. Estes grupos envolvem pesquisas e reuniões para discussão do assunto. Foram criados com o objetivo de “prover a SUDEPE dos subsídios básicos de caráter técnico-científico necessários ao estabelecimento da regulamentação da pesca e que garantam, em cada situação, a adequada e racional exploração dos recursos aquáticos, bem como estabelecer prioridades de pesquisas sobre os mesmos” SUDEPE (1986:1).

Esses grupos se reúnem por convocação da SUDEPE e incluem pesquisadores que, no país, trabalham sobre determinados assuntos relacionados à pesca das espécies citadas.

As pesquisas vinculadas à SUDEPE são realizadas pelo PDP - Programa de Desenvolvimento Pesqueiro. Particularmente no Pará, esse programa atuou entre 1978 e 1985 em pesquisa de camarão, cujos resultados apontam dados sobre: composição por sexo, estágios de maturação, composição por espécie; épocas propícias à pesca industrial. Realizava ainda pesquisas estatísticas junto às Colônias de Pescadores das Federações Estaduais, o que facilitava o trabalho de pesquisadores, além de conferir uma real visão da produção de cada município pesqueiro<sup>11</sup>. Atualmente a SUDEPE está reunindo esforços para reativar o seu setor estatístico nos moldes anteriores.

Com base em dados coletados nos desembarques da pesca industrial e

---

<sup>10</sup> Os resultados da pesquisa estão contidos no relatório Tentativa de avaliação da participação de peixes na pesca industrial de camarão no norte do Brasil, por Damasceno et al. s.d. Nele são apresentados dados quanto à evolução/comportamento da pesca no período de 1970-85, frota pesqueira e características; áreas de atuação; potencial do estoque camaroneiro; captura/esforço de pesca; estimativa de captura de peixes na pesca do camarão e considerações sobre o aproveitamento da fauna acompanhante cognominada de “by-catch”.

<sup>11</sup> Infelizmente este trabalho foi paralisado em 1977.

em capturas realizadas no estuário amazônico, o programa produziu um documento informando traços biológicos do camarão nesta área<sup>12</sup>.

A crítica que fazemos é quanto à descontinuidade da pesquisa com relação a outras espécies. Isto revela uma omissão da SUDEPE quanto à existência de outras espécies que, se não são visadas pela comercialização, podem ser afetadas pela captura das industrializáveis. Saber-se sobre o seu ciclo de vida, etc., requer atenção e objetividade.

No tocante à biologia pesqueira a EMBRAPA também tem realizado pesquisas sobre peixes da Amazônia.

O Museu Paraense Emílio Goeldi, além das pesquisas antropológicas que realiza no âmbito da pesca, vem produzindo estudos na área de biologia pesqueira, enfocando o ciclo da piramutaba em águas amazônicas<sup>13</sup>.

Feita esta ligeira apresentação do panorama da pesquisa na área biológica cuja continuidade possibilitará uma afirmação mais precisa da vocação e potencialidade pesqueira da região, resta uma palavra sobre a orientação dessas pesquisas.

Num trabalho produzido pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará Souza (1977:3) mostra que a orientação das pesquisas favorece mais ao setor industrial à medida em que privilegiam, como objeto de análise, espécies de recursos vivos aquáticos de interesse comercial/industrial.

Seria útil e necessário que tais pesquisas se expandissem também para as espécies que estão abaixo desse nível (comercial/industrial) e que, por sua natureza, exercem um papel importante no ecossistema, no seu equilíbrio e na subsistência das populações periféricas<sup>14</sup>. Sua efetivação traduzir-se-ia em instrumentos de preservação/conservação racional desses recursos.

Em razão do crescimento de interesses industriais sobre os recursos pesqueiros especialmente os do Pará, (manifestado pela implantação do parque industrial em Belém e no interior do Estado) e dos efeitos de seu impacto sobre o ambiente e a sociedade, torna-se prioritário que estudos sistemáticos venham a ser realizados, não apenas no âmbito da biologia, porém igualmente no campo das Ciências Sociais, posto que não se pode dissociar o homem do ecossistema em que seus recursos aquáticos são exploráveis. Por este caminho as lacunas existentes no conhecimento desse setor, tendem, obviamente, a ser diminuídas.

## AS ÁREAS DE PESCA AMAZÔNICA NO PARÁ

O Estado do Pará possui cerca de 34,5% dos 3.581.180 Km<sup>2</sup> da Bacia Amazônica. Desse total 20.512 Km<sup>2</sup> perfazem as chamadas águas interiores

<sup>12</sup> Algumas relações biométricas para o camarão rosa *Penaeus Aztecus subtilis*, (Perez-Farfante, 1967).

<sup>13</sup> Estes estudos estão sendo realizados pelo pesquisador Ronaldo Barthen e por Ivaneide Assunção, ambos do Departamento de Zoologia/MPEG

<sup>14</sup> Entenda-se como aquelas populações que habitam as cercanias das áreas pesqueiras.

ou continentais. Além disso dispõe de águas costeiras que banham uma extensão de 512 Km de costa atlântica, desde o Cabo Norte até a foz do Gurupi, na divisa com o Maranhão (IDESP 1968:2).

Com esta disponibilidade hidrográfica e com uma potencialidade ictiológica, ainda que parcialmente descoberta em termos científicos, o território paraense oferece disponibilidade para vários tipos de pescaria cuja mobilização dos recursos se dá por via artesanal e industrial. Assim, temos atualmente no Pará um setor pesqueiro que se diversifica em artesanal e industrial.

Do ponto de vista de sua localização e das condições hidrográficas, estas pescarias, de acordo com estudos realizados por técnicos da FAO, são de natureza fluvial, lacustre, costeira e de alto-mar (Meschkat 1959:1).

Comparando-se entretanto, esta classificação com a prática da pesca na Amazônia e, particularmente, no Pará, preferimos aglutinar num só grupo os dois primeiros tipos, denominando-os de pescarias flúvio-lacustres. Tomá-los em separado seria admiti-los como mutuamente exclusivos, quando isso não ocorre.

As populações que pescam nos rios são as mesmas que pescam nos lagos. Pescar nesses ambientes corresponde a variações de um mesmo processo verificável sazonalmente. São nuances de um mesmo processo de pesca. As características que se podem perceber em cada uma são tenuamente diferenciadas, não chegando a apresentar uma diferenciação mais marcada como acontece entre a pesca costeira e a de alto-mar.

Além destas considerações para justificar suas inserções num mesmo grupo ou tipo de pescaria, deve-se levar em conta que lagos e rios da Amazônia, tomando-se como parâmetro a região do Baixo Amazonas, são partes integrantes de um mesmo complexo hídrico.

A maioria dos lagos não incorpora a noção de lago fechado "cercado de terras por todos os lados" como aprendemos na geografia de nossos primeiros cursos. A maioria tem comunicação com os rios, onde o Amazonas reponta como a espinha dorsal desse complexo hidrológico. Como diria um pescador da região: *tudo eles têm pra mais de uma boca* com as quais se comunica com um rio ou um paraná. Essas observações podem ser confirmadas pela carta hidrográfica da região de Óbidos no Pará, Figura 1. A Região é profundamente drenada, com canais de comunicação - quase sempre navegáveis - entre rios e lagos regionais (IBGE 1971), que seria difícil se estabelecer limites distintos para pesca lacustre e para a fluvial.

Verfssimo (1970:14) já observava que "a singular distribuição das águas da região torna difícil, senão impossível (...) assentar com precisão estes diferentes centros de pescaria" isto é pesca lacustre e pesca fluvial.

Dito isso, torna-se possível reduzir para três os tipos de pescaria no Pará, anteriormente concebidos no trabalho de Meschkat (1959), considerando-se as suas respectivas localizações. Tem-se então, no Pará possibilidades para pescarias de caráter *flúvio-lacustre, costeiro e de alto-mar*. As duas primeiras são acessíveis aos pequenos produtores da pesca ou pescadores artesanais, a última somente às empresas industriais.

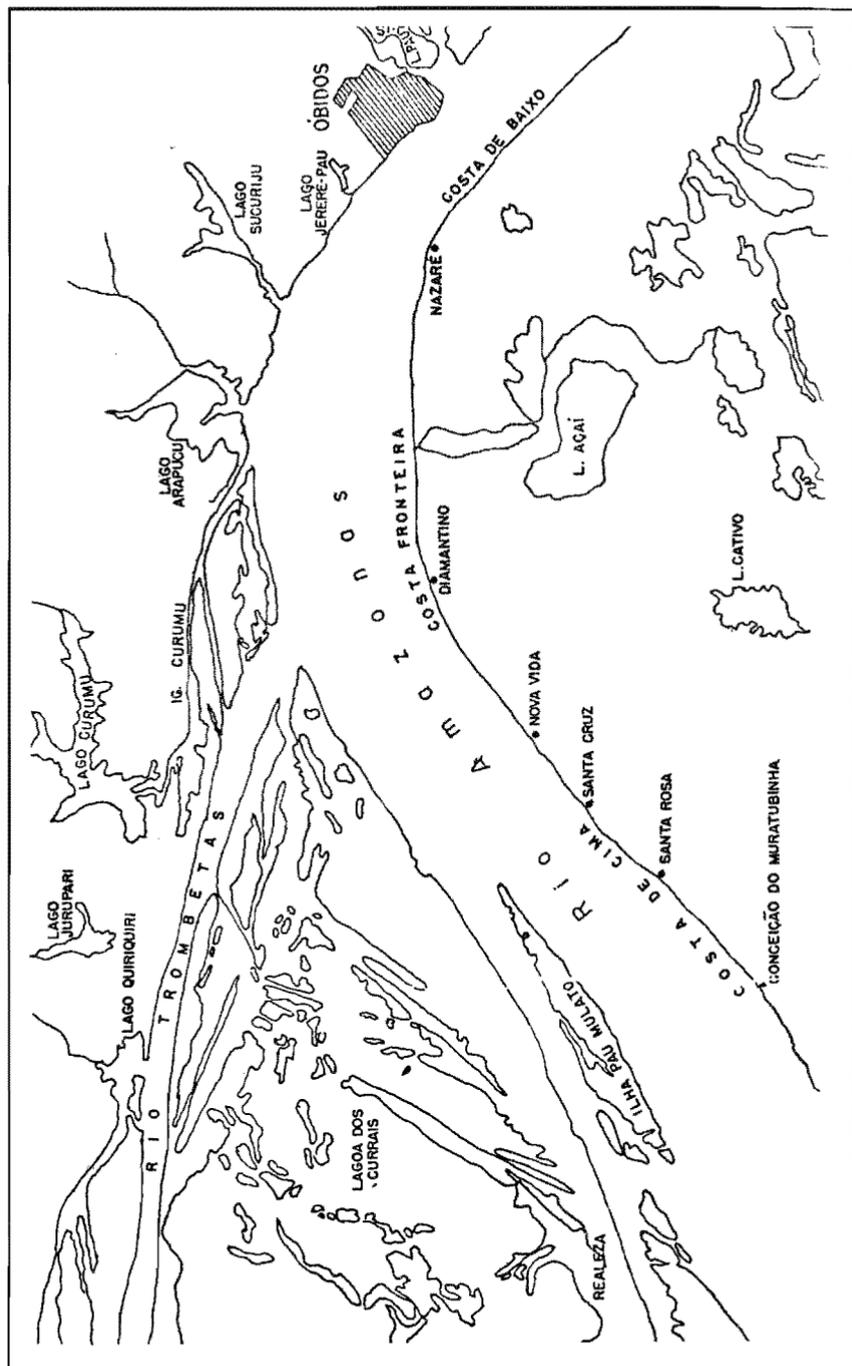


Figura 1 - Corte de folha SA - 21 - X - C - VII MI - 420 da carta Internacional do Mundo ao 1.000.000<sup>o</sup> - IBGE - ÓBIDOS-PA

No final do século passado as pescarias de caráter *flúvio-lacustre e costeiro* eram feitas por pequenos produtores cujas atividades eram classificadas como *pequena pesca e grande pesca* (Verfssimo 1970:13-14). Eram feitas em moldes puramente artesanais.

A grande pesca, segundo ele “seria aquela que constituindo, ao menos periodicamente, uma indústria, faz dos seus produtos um objeto de comércio ou de escambo, concorrendo assim para o aumento da riqueza pública regional”. A pesca do pirarucu e da tartaruga e a indústria delas derivadas (preparação de azeite, manteiga das gorduras de peixe e quelônios, e de grudes, etc.) são seus elementos componentes, (Verfssimo 1970: 13-14).

A pequena pesca, para Verfssimo, seria aquela que é apenas um recurso de alimentação individual ou uma pequena indústria auxiliar ao suprimento local. Nesta, o autor incluía a pesca de todo gênero de peixe com fim alimentício e a de certas espécies que apareciam nos mercados frescas, de salmora, salgada ou moqueada.

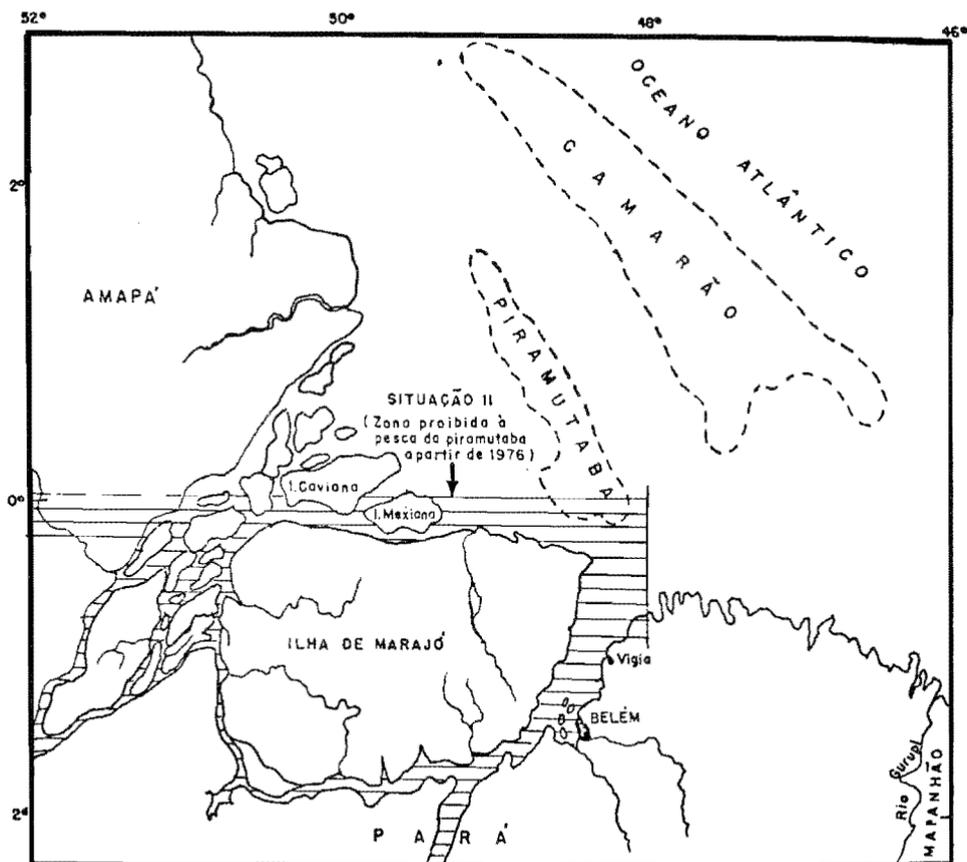
Essa classificação, portanto, não pode ser confundida com as noções atuais de pequena e grande pesca, que correspondem respectivamente, à pesca artesanal e à pesca industrial, que formam o setor pesqueiro nessa região. Uma e outra apresentam características que diferem das apresentadas por Verfssimo em sua classificação. A pesca artesanal atual, apesar de guardar traços levantados por esse autor, não visa apenas à alimentação do pescador mas, sua comercialização também.

A grande pesca hoje significa, no Pará, aquela que é praticada nos moldes empresariais, com alto grau de modernização em seus processos de captura e beneficiamento, cujas relações de trabalho são de caráter capitalista. Sua área de ação<sup>15</sup> se circunscreve às áreas de alto mar, não alcançadas pela atual pequena pesca, Figura 2.

No que se refere à versão atual da pequena pesca, esta também não pode ser comparada totalmente à concepção daquele autor, pelo fato de não se restringir exclusivamente ao consumo individual ou mesmo da comunidade de pescadores como naquela época a não ser em casos isolados e esporádicos (vide capítulo IX). Ao contrário do que concebeu Verfssimo, ela é praticada para a satisfação das necessidades gerais dos pescadores. Para isto eles separam uma parte do produto que, em graus variados, entra no fluxo de comercialização. Os resultados dessa comercialização são investidos na satisfação de suas necessidades materiais (consumo de itens que não produzem localmente) e sociais (manutenção de suas formas de reciprocidade, generosidade, ritos grupais e/ou familiares).

O conceito de pequena pesca de Verfssimo portanto, só se aplicaria em situações bastante raras, ou seja, para aqueles grupos em que a pesca assume uma posição de pouca ou nenhuma significação comercial como é o caso de vilazinhas onde a base econômica é praticamente agrícola. Aí então, pode-se dizer que esse conceito de Verfssimo se atualiza.

<sup>15</sup> Segundo a Portaria 09/03/83-SUDEPE a pesca industrial só podia operar a partir de 3 milhas da costa paraense mas, recentemente pela Portaria NR-N-011 de 13 de maio de 1987, só pode a partir de 10 milhas.



Escala 1:2.000.000

Fonte: SUDP/PA - (Enfoque sistêmico do setor pesqueiro 1979 pag-14)

IDESP - Diagnóstico do setor pesqueiro do Estado do Pará, s.d. pag 10 e 11

Legislação Pesqueira - SUDEPE - Apud: Loureiro 1985: 142

Figura 2 - Localização das áreas proibida de pesca da frota industrial, Portaria 007/76 - SUDEPE

Reconhece-se que a classificação verissimiana tem fundamentos para uma época - a descrita pelo autor - porém, para usá-la no sentido de definir a dicotomia existente no setor pesqueiro do Pará, torna-se crucial repensá-la na base empírica em que a atividade pesqueira é atualmente praticada.

Assim sendo nos parece mais operativo adotar-se como classificação geral para definir a organização do setor pesqueiro na Amazônia e no Pará os conceitos pesca industrial e pesca artesanal os quais expressam a dicotomia organizacional nesse setor. São, inclusive, conceitos assimilados pela população de pescadores.

Estes dois campos se apresentam qualitativamente diferenciados no que tange à natureza de suas organizações sociais, relações de produção e de mercado, tecnologia, métodos de captura, formas de beneficiamento, percepção e apropriação do meio em que atuam.

A pesca artesanal<sup>16</sup> em todo o Pará, apresenta-se dicotomizadas nas formas de organização social: a que chamamos de pescadores polivalentes e a dos pescadores monovalentes.

A primeira equivale àqueles que, ocupacionalmente, se dedicam a várias atividades durante o ano, como roçados, extrativismo, coleta, criação de gado e pesca.

No Baixo Amazonas essa primeira forma corresponde às atividades dos habitantes da várzea (varja na terminologia local) do rio Amazonas, que nesta monografia são denominados varjeiros. Estes pescam para consumo próprio durante o ano e, sazonalmente, para comercialização. O elemento familiar predomina nas unidades de produção.

A segunda equivale aos pescadores que ocupam o seu tempo quase exclusivamente nas atividades de pesca, durante todo o ano, sem o concurso de outras atividades. Suas unidades de trabalho assentam-se na parceria.

No Baixo Amazonas, corresponde aos pescadores que vivem exclusivamente da pesca, cuja maioria habita nas cidades principais da região.

Pela antiguidade de sua prática na Amazônia, pelos métodos e técnicas de captura, formas de acondicionamento e preparação do produto é reconhecidamente uma atividade tradicional. Abrange as pescarias flúvio-lacustres e costeiras ou marítimas até 10 milhas do litoral paraense.

É praticada com fins à subsistência do pescador e suas famílias. É delas, porém, que flui todo o produto que abastece os centros urbanos da capi-

---

<sup>16</sup> É o termo genérico que vem sendo empregado oficialmente por várias instituições ligadas à pesca (Confederação Nacional dos Pescadores, Federações Estaduais de Pescadores, Colônias de Pescadores, Pastoral da Pesca e, certamente, outras). Expressa a atividade pesqueira cujo manejo dos recursos naturais é feito através de uma tecnologia simples decalcada em instrumentos cuja preparação total ou parcial é feita pelo próprio pescador com recursos locais. Não obstante a introdução de instrumentos industrializados como as redes malhadeiras, cabe ao pescador fazer os serviços de entalhamento (colocação de cabos e chumbos para dar a estabilidade e operacionalidade necessárias no ato de captura do peixe; extrovamento de anzóis (encordoamento de sustentação dessa peça ao sistema de linhas-de-pesca e/ou de espinheis); tingimentos de velas de canoa feitas de lonas adquiridas nas praças comerciais. Nessa tecnologia simples evidenciam-se as influências aborígenes e lusitana que marcaram a formação cultural na Amazônia.

tal e do interior do Pará. Ainda que seja para subsistência, o pescador separa uma parte de sua produção para a comercialização em troca de adquirir os itens que não produz localmente.

Os agentes deste tipo de pescaria, sem ter infra-estrutura em transporte adequado para alocar o pescado em centros de mercado mais distantes de sua base, ligam-se a uma rede de intermediação. Esta os submete a preços que são concebidos como injustos em relação ao desgaste físico e à jornada de trabalho que dedicam para obter uma razoável produção aos interesses da demanda.

As limitações e/ou a precariedade da conservação e reposição dos meios de produção da pesca, dos meios de conservação e da captura do pescado, o desestímulo à formação de cooperativas de consumo adequadas para a venda de material necessário ao pescador, têm sido os principais responsáveis pela situação em que se encontra a pesca artesanal no Pará (Furtado 1981:3).

É através do fluxo de comercialização, onde aparece a figura do marreteiro ou atravessador<sup>17</sup>, que se tem estabelecido, principalmente, o nexos social e econômico entre as comunidades pesqueiras e os centros urbanos do Estado.

#### A PESCA ARTESANAL NO PARÁ: CARACTERÍSTICAS GERAIS

Para oferecer um perfil das atuais condições da pesca artesanal na Amazônia, vistas da perspectiva paraense, seguem-se as principais características da pesca artesanal que representa significativamente a atividade desenvolvida por uma considerável parte da população das zonas fisiográficas inseridas nas áreas pesqueiras do Estado. E a partir dela se poderá inferir sobre o contexto abrangente.

No plano da comercialização *a dependência do pescador artesanal de uma rede de intermediários* é uma das várias características da pesca artesanal no Pará. Deriva da distância entre os centros produtores e consumidores do produto da pesca, da falta de condições materiais do pescador e, por outro lado, do sempre crescente grau de aspiração dele em relação aos bens de consumo da sociedade industrial que se infiltram, por vários caminhos (rádio, jornais, televisão, conversas, contatos).

Tal dependência coincide com a expansão da demanda de mercados extra-locais, sobre as áreas de referência pesqueira, induzindo o pescador a produzir uma quantidade muito maior de peixe do que a que está habituado; que lhe permita inserir-se no fluxo comercial exigido pela demanda.

O grau de aspiração do pescador em relação à consecução de bens já referidos, esboça-se na forma do consumismo no meio rural. Este consumismo propõe ao habitante rural - no caso o pescador - a geração de uma rentabilidade que lhe garanta o acesso aos bens de consumo produzidos pela so-

---

<sup>17</sup> Pombeiro ou intermediário em outras regiões brasileiras.

cidade industrial, e ela deverá ser diferente, maior da que é conseguida em circunstâncias normais do cotidiano. Para atingi-la no nível proposto pelo consumismo, o pescador deverá duplicar ou triplicar sua jornada de trabalho, utilizar estratégias de produção variadas e, até mesmo, métodos predatórios de pesca<sup>18</sup>, dado que seus instrumentos usuais de pesca nem sempre permitem acompanhar a produtividade exigida pelo fluxo comercial da demanda dos mercados.

Valendo-se destes mecanismos, o pescador consegue uma produtividade maior e, conseqüentemente, uma rentabilidade igualmente maior que advém das transações comerciais com os intermediários (marreteiros ou atravessadores e geleiros) que compõem a rede de intermediação no Estado.

Para se ter uma idéia dessa malha intermediadora entre o produtor de peixe - o pescador - e o consumidor final, basta observar a Figura 2 que demonstra esse processo em duas regiões do Pará, referente à região do litoral, onde já trabalhamos por algum tempo, estudando as condições da pesca marítima, e o outro relacionado à zona do Baixo Amazonas paraense, onde a pesquisa foi realizada.

Uma outra característica da Pesca Artesanal é a simplicidade tecnológica utilizada pelo pescador, no manejo do ecossistema pesqueiro no qual atua. É dessa simplicidade que advém o adjetivo que a qualifica como artesanal e o maior e o mais intenso diálogo do homem com a natureza, em relação a outros tipos de pesca mais sofisticados, como a industrial.

Essa tecnologia, cuja base cultural repousa no legado dos primitivos habitantes da região, seja do ponto de vista da técnica seja do ponto de vista do modo de produção, é lida no discurso da classe dominante como anti-econômica<sup>19</sup>. Diria Mello (1985:8), ao se referir criticamente às idéias contidas nos discursos oficiais: "a pesca artesanal aparece como que compondo um sistema 'anti-econômico', onde a 'fome da população' - suposição, por sinal, sem nenhuma sustentação empírica para ser explicada como dependente direta do 'baixo índice de produtividade' e de seu 'primarismo' tecnológico" (...) "A economia de subsistência, dominante até então no seio da maioria dos povoados espalhados por toda a bacia e orla marítima amazônicas. - (...) é tida como forma de organização social e técnica do trabalho

18 Tais como uso de malhadeiras para pesca do pirarucu nos lagos, uso do timbó e cunambi em rios e igarapés, até mesmo uso de bombas de fabricação caseira.

19 Essa noção aliás, está presente na mentalidade daqueles que planejam ações para o setor pesqueiro. Num estudo de viabilidade técnico-econômico e anteprojeto para a construção do terminal pesqueiro da cidade de Belém, Estado do Pará, a Hidroservice, em seu relatório final encomendado pela SUDEPE, assim se expressa, evidenciando essa noção pejorativa, quanto ao setor pesqueiro artesanal. "Até 1966 a pesca brasileira não evoluiu de modo bem significativo; permaneceu atrasada, de baixa produtividade e predominantemente artesanal. Somente na região nordeste se verificaram sensíveis progressos, com a implantação da indústria lagosteira, a partir de 1955, e a conseqüente exploração pesqueira, iniciada nos primeiros anos da década finda" (1975:1-2). A pesca artesanal aparece aqui com os rótulos de atraso e de improdutividade, que ignoram o papel relevante que ela vem desempenhando secularmente. Para os que assim pensam "a mais efetiva medida para quebrar o círculo vicioso do atraso pesqueiro do Brasil" foi o do estabelecimento do sistema de incentivos fiscais, constantes no Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e legislação subsequente, de apoio ao desenvolvimento das pescas nacionais". Por estas medidas a pesca artesanal em nada se beneficiou a não ser o setor industrial que cresceu a partir daí.

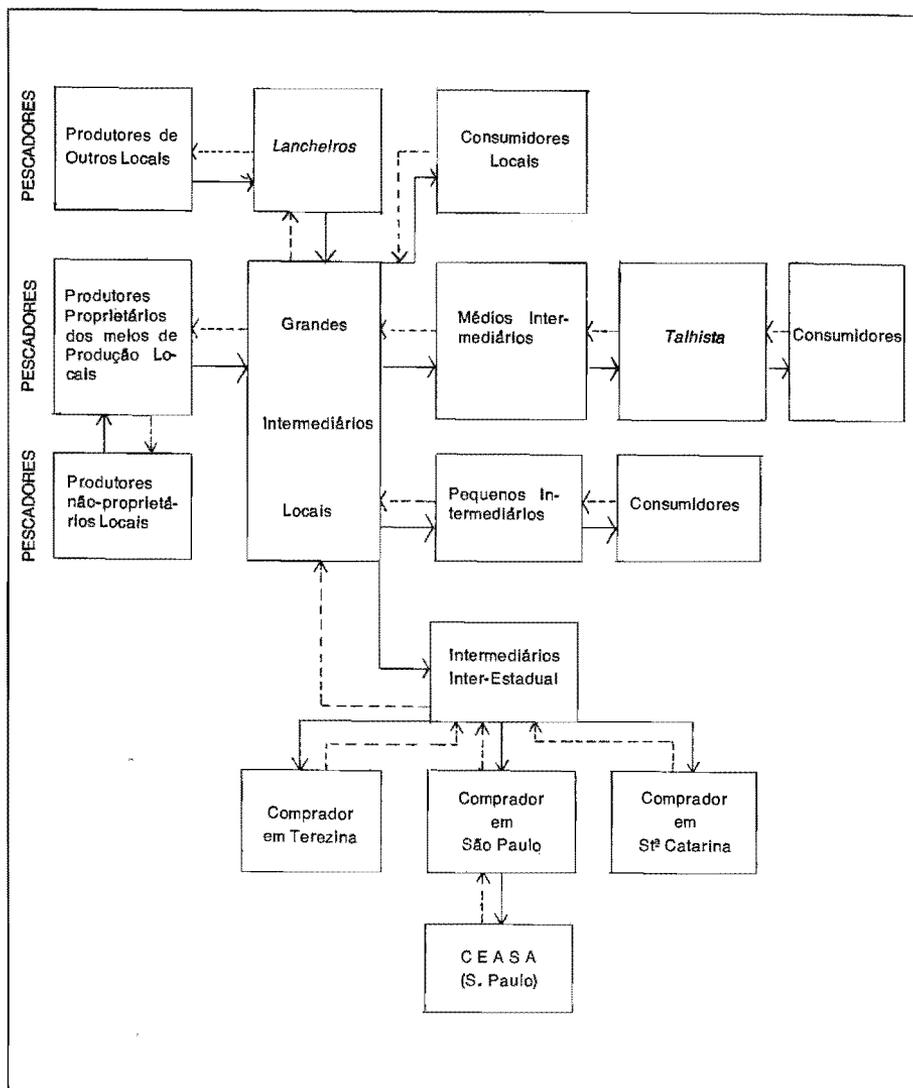


Figura 2 - Rede de Intermediária na Produção Pesqueira da Zona Costeira ou Litorânea do Pará Base no Município de Marapanim (Pesca Marítima ou Costeira) (Zona do Salgado).

desprovido de condições para progredir...”

Ora, a historicidade e a praticidade da pesca artesanal na economia estadual (e porque não dizer também na nacional) atestam que ela tem sido secularmente eficaz no abastecimento não só da família do pescador, como dos centros urbanos do interior e da capital, pois é dela que flui quase todo (senão todo) o pescado para o consumidor destes centros. Se ela tem sido capaz de atender, até hoje, a demanda de abastecimento alimentar destes centros, concluímos que é uma falácia representá-la de modo tão negador.

Esse *status* da pesca artesanal no seio da economia do Pará, não é fato recente, porém, conta com uma temporaneidade que remonta à época da colonização.

Num estudo que realizamos sobre a história da pesca no Pará, procuramos mostrar que desde os primórdios da conquista portuguesa na Amazônia o peixe constituía recurso básico para alimentação do colonizador (Furtado 1981:5).

Com o mesmo propósito lembramos a indicação de Veríssimo (1970:90) segundo a qual a alimentação era fácil e abundante nos caminhos percorridos pela expedição de Pedro Teixeira, no período de 1638 a 1639 e, mais ainda, que a *fertilidade e a tecnologia*<sup>20</sup> empregada pela população regional, com a qual os colonizadores entraram em contato, serviram de suporte para a empreitada que eles realizaram na Amazônia.

As técnicas secularmente empregada pelo índio serviram de base para as pescarias nessa região. Muitas delas foram (e ainda são hoje) utilizadas pela população do interior amazônico (Rodrigues Ferreira 1972:90).

Graças a ela os pesqueiros reais, criados a partir de 1692 pela Fazenda Real, foram explorados em campanhas de pesca por índios e colonos.

Com o produto da pesca, nos moldes tradicionais, eram pagas as côngruas dos bispos e a remuneração de soldados, no período colonial.

Em 1898 foram introduzidos no mercado de Belém cerca de 114.048 quilos de peixe salgado, procedente apenas da Zona do Salgado, no litoral paraense (Goeldi 1900-49), e com a tecnologia simples com que dispunham os pescadores da época. Diria Hurley (1933:14-15) “como pescadores, povoam na safra (inverno) de peixes os rios, canais, mupéuas, restingas (ou crôas) e igarapés formados e banhados pelo mar pelo fluxo das marés, mal agasalhados em pequenas curicâcas, montarias e simples cascos (sem falca e sem pavez com rodela de prôa e pôpa de tijuco, talude) e de espinhel (tira-deira) tarrafa ou linha de mão, utensílios quase sempre emprestados a troco de quinhão de peixe, colhem o saboroso pescado no grosso das piracêmas”.

Se comparadas as embarcações, com as atuais, vê-se que pouca coisa mudou para que essa tecnologia se tornasse menos simples. Pequenos detalhes não alteram o que é asseverado por Hurley (1933). Por exemplo, atualmente os simples cascos, “sem falcas e sem pavez” só deixaram de ter as rodela de popa e proa de barro (tijuco) trocaram-nas pelas de madeira, porém,

---

20 Negritos nossos

mantêm os mesmos princípios de navegabilidade, propulsão e estabilidade. É bastante usual nas pescarias do Baixo Amazonas.

Em 1867 o presidente da Província do Pará Joaquim Raymundo De Lamare informou a seu sucessor Visconde de Arary, que a referida Província havia alcançado uma exportação de grude de peixe, que atingia o patamar dos 57:338\$437 (réis) na venda para a Inglaterra e Estados Unidos (Relatório 1867:27).

No relatório em que José da Gama Malcher passou a administração da Província do Pará ao seu sucessor João Capistrano Bandeira de Mello Filho, lê-se que no período de 1876 a 1877, só a Grã-Bretanha importou da Província do Pará 56.826 quilos desse produto, perfazendo um total de 126:238\$860 (Relatório 1878:125).

Em 1879 o presidente provincial José Coelho da Gama e Abreu, em sua FALLA à Assembléia Legislativa, informava que no quinquênio de 1874 a 1878, o movimento desse produto da pesca que se praticava com tecnologia simples, era como se indica no quadro a seguir sobre a produção e valor do grude de peixe exportada.

Já em 1884 era grande o consumo de piracuf<sup>21</sup>, pela população local, um alimento feito à base de peixe capturado com instrumentos artesanais e artesanalmente torrado que têm a aparência de uma farinha de peixe. Sobre esse alimento assim se refere (Santa Anna 1979:14), quando dissertava sobre sua viagem pelo rio Amazonas: “o piracuf é um alimento muito útil nessa região. É feito a partir do peixe grelhado, ao qual se retiram as espinhas e que se esmaga em um pilão; em seguida é posto a secar em pratos de terra e obtém-se assim uma “farinha de peixe”, excelente e de gosto agradável”.

Quadro 2

ANOS	KILOS	VALOR OFICIAL (réis)
1874	29,934	81:266\$080
1875	37,056	89:398\$400
1876	37,541	88:120\$700
1877	47,488	141:757\$725
1878	35,144	90.604\$400

Fonte: Gama e Abreu, 1879:30.

É este mesmo viajante e naturalista que dizia ser a pesca, juntamente com a caça e agricultura, “os meios de subsistência de um povo”. A pesca de quelônios, por exemplo, cujos derivados (manteiga de tartaruga, ovos, etc.) circulavam livremente na rede comercial, era feita com apetrechos sim-

<sup>21</sup> Farinha de peixe. Ainda hoje o piracuf é bastante utilizado e apreciado pela população do Baixo e Médio Amazonas. Os piracufs mais saborosos são os da carne do acarí (*Pterygoplichthys pardalis*) e do tucunaré (*Cichla ocellaris*).

ples e com recursos da natureza. “Nos rios (diz ele)<sup>22</sup> são pescadas com flechas, que têm às vezes uma semente de tucum perto da ponta. Essas flechas partem do arco” (...) “fendendo o ar, tira da semente um silvo semelhante ao de um pássaro” (...) “separa-se da haste, mas permanece a ela ligada por um fio muito longo” Santa Anna. (1979:118).

A pesca do peixe-boi era feita com arpão. Só no período de 1881-1882, a exportação de produtos do peixe-boi - mixira<sup>23</sup> - foi de 1.311 quilos, oriundos dos rios Purus, Juruá e Solimões. Com essa mesma tecnologia se conseguiu, nesse exercício, uma exportação de pirarucu (*Arapaima gigas*) na ordem de 796.169 quilos, cuja pesca foi realizada nos rios Purus, Madeira, Juruá, Solimões e rio Negro.

E para finalizar esta série de citações, que têm por alvo justificar, ou pelo menos, resgatar elementos que sustentam a eficácia produtiva da tecnologia simples empregada na pesca artesanal, lembramos que, em 1968, o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP) publicava os seguintes dados, apontando o volume de peixe produzido pelas Zonas Fisiográficas do Pará, onde a pesca artesanal é praticada, no quinquênio de 1962 a 1966 (Furtado 1980:48).

Acresce ainda que estes dados referem-se apenas à produção pesqueira cujos pescadores são matriculados nas Colônias de Pescadores ficando, portanto, por fora deste quadro a produção dos pescadores não-colonizados.

Quadro 3

ZONA FISIAGRÁFICA	ÁREA PESQUEIRA (*) E TIPO DE PESCA CORRESPONDENTE	Volume de (pesca) (em toneladas)
Salgado	Litoral/pesca marítima	41.567.586
Marajó	Estuário/pesca flúvio-lacustre	31.791.958
Baixo Amazonas (**)	Águas Interiores/flúvio-lacustre	17.201.562
Tocantins	Águas Interiores/flúvio-lacustre	12.830.600
Bragantina	Litoral/pesca marítima	10.390.420
Guajarina	Águas Interiores/pesca estuarina	2.423.506
Tapajós	Águas Interiores/pesca flúvio-lacustre	616.110
Gurupi	Litoral/pesca marítima	483.500
Itacaiúnas	Águas Interiores/pesca flúvio-lacustre	216.320
Jacundá Pacajá	Águas Interiores/pesca flúvio-lacustre	208.900
Planalto	Águas Interiores/pesca flúvio-lacustre	137.200
Xingu	Águas Interiores/pesca flúvio-lacustre	116.850
PARÁ	Ecosistema marítimo e flúvio lacustre	117.984.539

(\*) Esta coluna foi introduzida por nós para ilustrar melhor o posicionamento da zona fisiográfica no contexto pesqueiro da região amazônica.

(\*\*) O atual Médio Amazonas Paraense ainda estava incluído nessa zona fisiográfica.

<sup>22</sup> Parênteses nossos

<sup>23</sup> Conservas de peixe-boi.

Mais recentemente têm-se estes dados que ilustram o que vimos asseverando sobre a capacidade produtiva dos instrumentos da pesca artesanal no Pará. Os indicadores desse quadro referem-se apenas à pesca artesanal realizada fluvialmente.

Quadro 4  
Quadro demonstrativo da captura artesanal de peixes, em águas fluviais do Pará, no período de 1978 - 1983

ANOS	TONELADA
1978	18.628
1979	7.801
1981	34.749
1982	31.507
1983	37.912
TOTAL DO QÜINQÜÊNIO	130.597

Fonte: IDESP (1982:15, 1983:199, 1985:375-377)

Só em Santarém, para onde flui muito peixe de todos os municípios da região do Baixo Amazonas (principalmente de Alenquer, Santarém, Óbidos e Faro), em 1977 desembarcaram 1.526.217 toneladas, enquanto no ano seguinte desembarcaram nesse porto um pouco menos, equivalente a 1.471.161 toneladas de pescado via frota artesanal (IDESP 1981:147).

A citação dos dados do quadro sobre produção e valor do grude de peixe, juntamente com os dados mencionados seqüencialmente, pretendem sustentar a tese de que a pesca artesanal longe de ser uma atividade "improdutiva", "irracional" ou "atrasada" conforme mencionamos linhas atrás, tem atendido às necessidades da população seja a nível de auto-consumo, seja a nível comercial.

Para obter o grude do peixe era e é necessário a captura do pescado e isso sempre foi feito pelos moldes artesanais. Observando-se os dados sobre sua movimentação comercial, esse produto extrapolou as fronteiras nacionais atingindo patamares significativos na balança comercial do Pará então província. Estes dados atestam inequivocamente que os qualificativos atribuídos à tecnologia simples do pescador artesanal regional não encontram sustentação empírica. Assim sendo, parecem ser pertinentes à ideologia dos industriais da pesca, que buscam incessantemente argumentos desse tipo, para desqualificar o sistema pesqueiro regional em sua produtividade e assim, encontrar espaço para a implantação de projetos em que a tecnologia moderna é a característica principal.

Tanto a qualidade da tecnologia artesanal quanto a qualidade de seu produto têm sido julgadas a partir de critérios que visam não ao consumo do pescador, mas àquele que compra para abastecer o mercado citadino e o de

exportação. Daí ouvir-se freqüentemente, além dos adjetivos já citados com relação à tecnologia, que o peixe beneficiado pelo cabloco, através da salga ou secagem<sup>24</sup> “são de fraca consistência e de fácil deterioração e ainda, processados de modo anti-higiênico”.

Acresce ainda dizer-se que, por trás deste discurso negador da eficiência da tecnologia artesanal, vislumbram-se a estereotípia e o paternalismo que pesam sobre os agentes, ou melhor, detentores dessa tecnologia enquanto caboclos da região.

Na literatura dos primeiros viajantes do Rio Amazonas, em documento e/ou verbalizações oficiais, e até mesmo na literatura sociológica, estão presentes de um lado a ideologia do caboclo preguiçoso, indolente, incapaz de, por si só, resolver as questões cruciais da pesca, ou de produzir bens, e, de outro, a ideologia do “progresso”.

É preciso modificar esse *status quo* para gerar uma produtividade maior do setor pesqueiro artesanal (sic), é o que se conclui dos velhos jargões que circulam nos discursos sobre a pesca. Para que isso aconteça criam-se então, programas de transferência de tecnologia concebidos de modo etnocêntrico e nos quais o desconhecimento em relação à cultura do pescador é flagrante. Em, sua concepção a tecnologia nativa é como se fosse, de fato, um processo perverso de destruição da natureza ou incapaz de gerar a produtividade que tradicionalmente realizou na região, ou como se o caboclo fosse desprovido de conhecimento.

Cabe aqui uma digressão sobre este assunto.

Os pescadores de Marudá, por exemplo, enquanto caboclos, possuem um conhecimento profundo da natureza, têm uma noção invulgar de equilíbrio ecológico advindo de seu íntimo relacionamento com o ecossistema em que vivem. “Possuem um conhecimento generalizado da área e dos fenômenos que representam seu universo da pesca. Os ventos que favorecem ou não as pescarias; as correntes marinhas; a hora adequada para uma pescaria; as ocasiões de risco da alagação e a maneira de sobrevivê-la; os pontos de pescas; a profundidade de passagem dos cardumes; a hora de deitar e puxar uma rede; a posição em que devem ser colocados os currais de pesca etc., fazem parte desse universo” Furtado (1980:249).

É o conhecimento e a habilidade do pescador artesanal que precisam ser desvendados, reconhecidos, valorizados e estimulados a serem reproduzidos socialmente, se quisermos, de fato, encontrar as razões para crer a pesca artesanal como válida, produtiva e capaz de equacionar crucialmente a questão alimentar na Amazônia. E, por outro lado, se quisermos deter a marcha da deterioração em que tanto o conhecimento e o saber-fazer do caboclo já começam a empreender.

---

<sup>24</sup> São dois processos de beneficiamento de peixe tradicionalmente usados pelo pescador, visando a uma durabilidade maior de modo a alcançar um consumo mais distante dos centros de produção. O primeiro utiliza como princípio de conservação o sal; e o segundo, a energia solar. Detalhes sobre o processo, consultar Furtado & Nascimento, (1982:20-23).

As injunções do “progresso” no país têm levado a uma descaracterização cultural que se estende sobre os vários campos e segmentos da sociedade brasileira como um todo. A Amazônia, com seus vários segmentos sociais é óbvia, não poderia ser exceção nesse processo. No seio das populações pesqueiras essa situação é verificável, afetando, entre outras coisas, o conhecimento e a habilidade do pescador que definem material, cultural e socialmente seu modo de produção.

Com a escalada sempre progressiva do pescador em direção aos centros urbanos; com a deterioração das condições de vida nas áreas originais de moradia; com a infiltração de bens e de formas de facilidade de aquisição de mercadorias industrializadas aplicáveis na atividade pesqueira, há, inevitavelmente, uma tendência para o abandono de antigas técnicas de pesca por outras mais modernas por parte de muitos pescadores que vão adquirindo, por emulação, a vontade de se modernizar e, por pressões da própria competição em produzir para a demanda comercial. Uma outra parte da população resiste às inovações preferindo ficar “como dantes”. Entre estes se situa a geração mais velha que já viveu muito da pesca e que beira a aposentadoria. Os filhos ou netos que não migraram, tendem a adotar os métodos mais modernos. Compram uma rede financiada no comércio local, no regatão ou no armazém da cidade mais próxima. Diria um velho pescador: *eu já estu velho calejado na pesca. Tenho trabalhado tudos estes anos com as minhas tarrafinhas, meus arco e flecha como bem meus arpão. Esta tar de malhadeira é muito cara e eu não tenho dinheiro pra cumprá uma. Meus filhos é que tenho força pra trabalhar podem cumprá uma e pagá com a virada da pesca*<sup>25</sup>.

O resarcimento da dívida se dá pelo sistema de amortização. Conforme o comerciante com quem faz a transação, o saldo devedor tende a ser acrescido de juros segundo moldes capitalistas de crédito vigente.

A adoção de técnica mais modernas induz o pescador a ir cortando, paulatinamente, seus veículos mais diretos com a natureza e com a técnica tradicional de preparar e manejar com destreza seus instrumentos de trabalho. Ao adotar a malhadeira para a pesca do pirarucu, ele abandona a feitura dos instrumentos.

Atualmente, com a introdução da rede malhadeira pré-fabricada com fio plástico; das bóias plásticas e de isopor, e do motor para embarcação, o que se extrai do discurso dos antigos pescadores é presença de uma lenta transformação dos costumes, dos valores, do conhecimento e do manejo do pescador em relação a sua interação com o ecossistema envolvente.

No Baixo Amazonas, por exemplo, tradicionalmente o pirarucu era pescado pelo processo de espera e de arpoagem, utilizando-se o arpão, hastea com a perspicácia e a destreza que envolvem um complexo conhecimento dos hábitos do peixe e sua técnica de captura. Esse método aparentemente simples, mas tão complexo, implica um profundo conhecimento da natureza - habitat, hábitos do bicho, relação do bicho com sinais exteriores, - enfim,

---

<sup>25</sup> De uma entrevista com um pescador.

toda uma ciência que só o exercício da experiência pode ter quem a pratica, e um método que permite a reprodução dessa espécie de alto valor comercial, Figura 4a, b.

Ao contrário do que se fazia tradicionalmente, pescar pirarucu, hoje, empregando malhadeira, tem dois significados. O primeiro diz respeito à perda da lógica própria de uma economia natural para ceder lugar à lógica da economia capitalista que, com a urgência de acumulação, propõe métodos de captura “mais eficientes” que permitam uma produção de mercadoria em volume adequado à demanda comercial. Por outro lado, significa mais concretamente a perda do conhecimento sobre a natureza e a habilidade que caracterizam as relações pré-capitalistas<sup>26</sup> entre homem e natureza. Saber pescar pirarucu pelos métodos antigos tem sido e é o critério definidor do que é ser um pescador. No Baixo Amazonas as qualidades de um pescador são aferidas pelo grande conhecimento sobre a pesca do pirarucu, porque ela “requer ciência”, diria um pescador da região. A geografia, a ictiologia, a hidrobiologia, a limnologia, o senso de observação caboclos estão intimamente presentes nesse tipo de pescaria feita com arpão.

Diria Verfssimo: com “a longa haste na mão, formando um ângulo agudo com a linha da canoa, apontada a água, pronta ao arremço, vai ele (o pescador), ao longo dos igarapés, pelo meio dos lagos, beirando as margens, ou alongando-se ao largo, buscando os sítios onde se lhe antolha, por sinais à sua experiência conhecidos, mais abundantemente o encontrará. Ou pára a canoa à beira dessas extensas touceiras de piremembra, de tiririca, de muri ou de canarana, gramíneas diversas que com o nome coletivo de mutapás, orlam as margens” Verfssimo (1970:24).

Em segundo lugar, o significado da pesca do pirarucu com malhadeira de cerco ou de circo, Figura 5, como se traduz na terminologia do pescador, diz respeito à predação da espécie, porque, com esta técnica moderna, não há uma seleção das unidades capturadas de acordo com seu tamanho, e até porque, nem sempre há uma observância das épocas de “defeso” dessa espécie.

A pesca com malhadeira para capturar o pirarucu, ao contrário da pesca com arpão, coloca limitações nos conhecimentos do indivíduo sobre a natureza, exigidos pelas formas tradicionais de captura desse peixe, mencionadas anteriormente. Com uma rede malhadeira há mais facilidade de pescá-lo pois esta suprime a destreza, a paciência e a sabedoria que as antigas modalidades exigiam do pescador, é o que depreendemos do discurso dos entrevistados.

Retomando a crítica que vínhamos fazendo com relação à consciência negadora que paira sobre a atividade pesqueira artesanal, acrescentamos que, à guisa de transformar essa atividade em algo mais produtivo, mais eficiente e racional por parte da SUDEPE, estabeleceram-se metas de “extensão rural”, onde a defesa do crédito vinculado aos Bancos e o paternalismo são evidentes: “orientar”, “conscientizar” são as diretrizes dessas metas como

---

<sup>26</sup> No sentido de ser própria e anterior à fase em que as relações de cunho capitalista penetram mais intensamente e evidentemente no mundo rural.

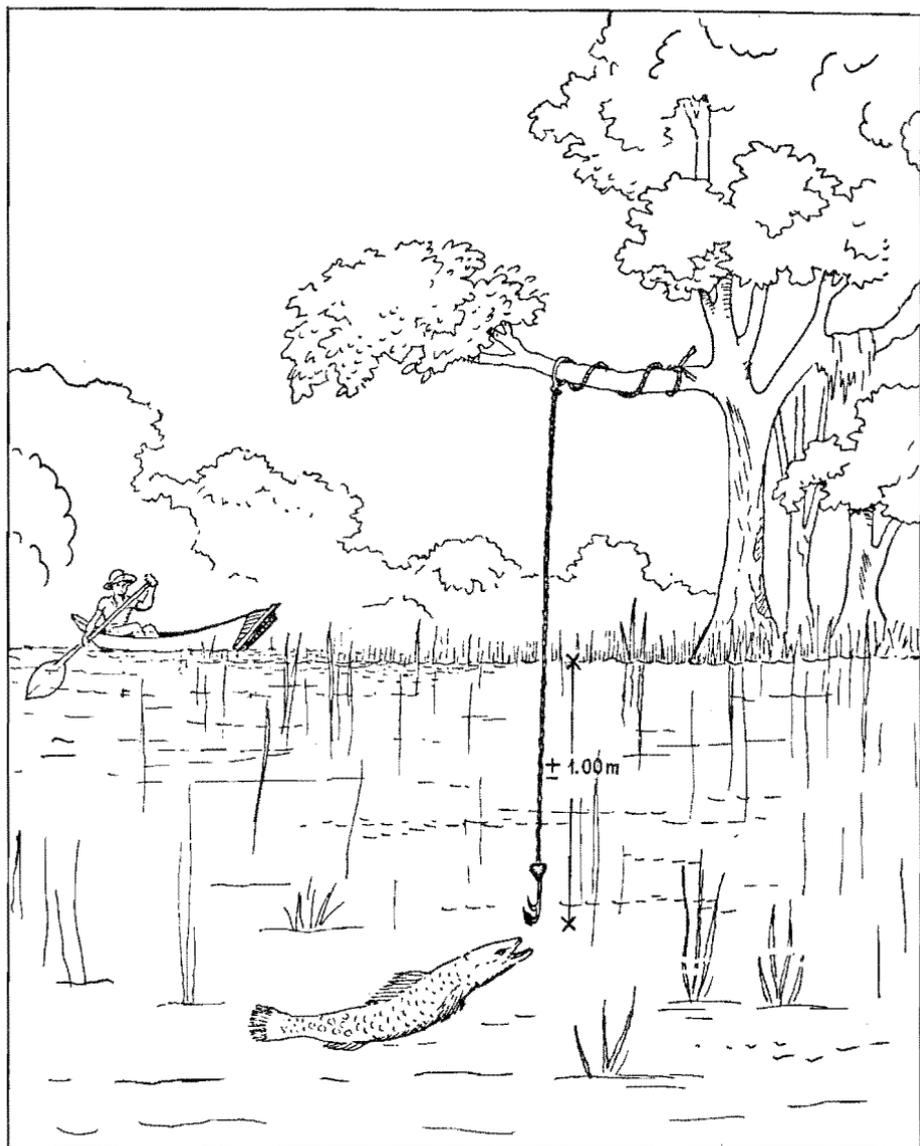
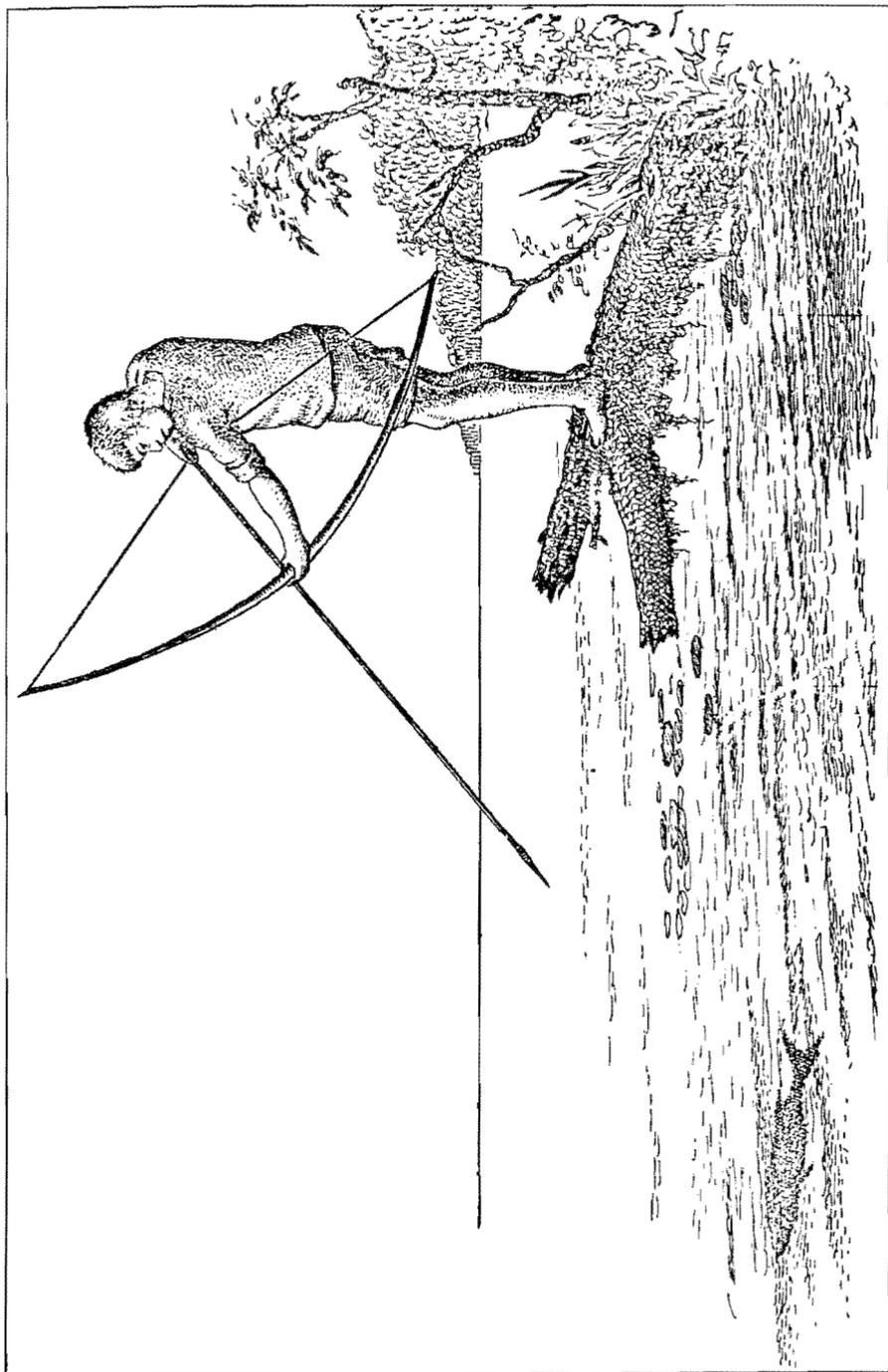


Figura 4 a- Modalidade pesca do pirarucu no igapó (Pesca parada).

Desenho: Lourdes Furtado (Nov. 1983)

Reprod.: Guilherme Leite



**Figura 4b Pesca pelo processo de arpoagem (pesca com arco e flecha)**

**Desenho: Guilherme Leite**

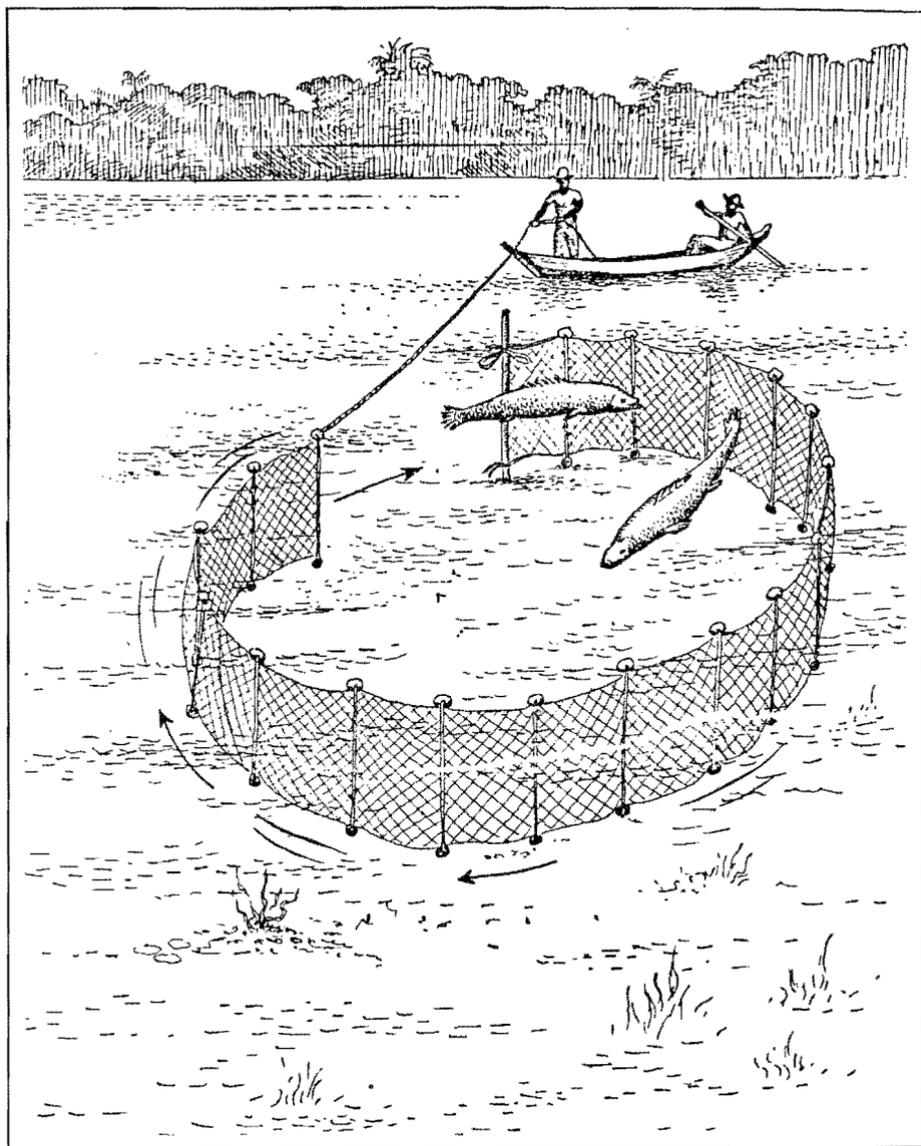


Figura 5 - Pesca do Pirarucu com malhadeira de cerco ou circo

Desenho: Lourdes Furtado (Nov. 1983)

Reprod.: Guilherme Leite

se o caboclo pescador fosse tábula rasa para absorver tudo o que vem de fora e de cima. Por parte do Governo Federal estimulam-se projetos industriais para a pesca, cujos executores, não se contentando em manejar apenas os limites de captura que lhes são reservados oficialmente, Figura 2, invadem a zona reservada à pesca artesanal, gerando conflitos que se estendem da área costeira às águas interiores do Pará. São conflitos que nascem da competição entre dois setores estruturalmente opostos, com efeitos negativos para o pescador artesanal e para o ecossistema.

A imprensa tem-se ocupado em registrar esses conflitos em diferentes ocasiões, ao mesmo tempo que antropólogos, sociólogos, geógrafos, cientistas políticos paraenses vêm denunciando tal processo em seus trabalhos acadêmicos e/ou em reuniões científicas, na expectativa de apontar soluções para o mesmo<sup>27</sup>.

Continuando a se desenhar o quadro característico geral da pesca artesanal no Pará, destaca-se a aparência simples das unidades sociais em que habitam os pescadores<sup>28</sup>. Estas se distribuem pelas margens dos rios, igarapés, lagos, paranás e praias, enseadas e baías do litoral paraense. Nem sempre localizam-se próximo aos pesqueiros<sup>29</sup>, nos quais o pescador desenvolve sua jornada de trabalho. Em geral moram distantes deles. No litoral o padrão de distribuição habitacional nessas unidades sociais tende para a concentração; no Baixo Amazonas, para a dispersão linear.

A fisionomia desses agrupamentos ou unidade sociais tende a revelar também as formas de organização da produção que caracterizam a sua economia. Conforme a intensidade da pesca, isto é, conforme a maior ou menor dedicação da população à pesca, os sinais dessa atividade tendem a se tornar evidentes à nossa observação. Por exemplo, há vilas habitadas por pescadores cuja multiplicidade de atividades nos permite chamar de pescadores-lavradores ou pescadores polivalentes que combinam diferentes atividades como agricultura, pesca, extrativismo, coleta, porém, essas unidades sociais não são identificadas imediatamente como vilas pesqueiras, no sentido literal da palavra. Deparamo-nos com esta situação no Baixo Amazonas.

Já em outras áreas onde a atividade principal é a pesca, os sinais dessa atividade são visivelmente destacados, pela exibição de instrumentos que caracterizam o dia-a-dia do pescador (tendais e redes de vários tipos, remos, espinhéis, cuias, boias, etc.) dispostos pelos compartimentos principais da casa ou mesmo pelo terreiro. Esta situação é verificável nas vilzinhas que se distribuem na orla marítima do Pará.

---

27 Para o caso do Pará indica-se a leitura dos trabalhos de Furtado (1980), este trabalho foi encaminhado para publicação em 1983 porém, somente em 1987 é que foi editado pelo MPEG/CNPq., Penner (1984); Mello (1985), Loureiro (1985), Furtado & Nascimento (1982) e Maneschky (1988).<sup>3</sup>

28 Entendidas aqui como agrupamentos de pescadores com organização social própria e modos de produção relativamente diferenciados.

29 Áreas onde se verificam as pescarias. São locais definidos pelos próprios pescadores de acordo com seu conhecimento e experiência. No passado, ao tempo da Província do Grão-Pará, estas áreas eram definidas oficialmente por ordem régia através da Fazenda Real. Nessa época foram criados os *pesqueiros reais* na Amazônia como os do Calderão e do Puraquê-coara no Amazonas e o de Ilha Grande de Joanes (Marajó), no Pará.

Essa diferença no visual das unidades sociais não implica respectivamente, ausência e presença da atividade pesqueira mas, diferentes formas de organização dessa atividade, que revelam por sua vez, diferentes instâncias da atividade no contexto produtivo regional ou no contexto do setor pesqueiro da região. Estas duas formas são a dos pescadores polivalentes e a dos pescadores monovalentes que no Baixo Amazonas correspondem respectivamente aos varjeiros (pescadores-lavradores) e aos pescadores cidadãos.

Há portanto, unidades sociais pesqueiras no Pará, nas duas áreas em que temos trabalhado (no litoral e no Baixo Amazonas) que correspondem a essas distintas formas de organização social.

Analisando-se concretamente as situações, pode-se dizer que essas formas variam da condição de sitiante, onde as unidades de produção concentram, freqüentemente, a mão-de-obra familiar, detêm e controlam os meios de trabalhos, à condição de parceiro, na qual a parceria no trabalho da pessoa (verificável tanto no litoral como no Baixo Amazonas) aparece como mecanismo de acesso aos bens de produção, de manutenção como produtores autônomos e de controle do processo de trabalho, em instância em que as condições vigentes na situação anterior se fragilizam.

A detecção dessas duas formações sociais no campo da pesca, leva-nos a identificar categorizações de organização social da produção pesqueira fundadas na natureza das relações sociais no processo produtivo que, por um lado, supõem a existência de um campesinato de base não-agrícola e, de outro, a existência de diferenciações, historicamente dadas, nesse campesinato, engendrando assim duas categorias em presença: a dos pescadores polivalentes (ou pescadores-lavradores) com características de sítiantes, e a dos pescadores monovalentes ou cidadãos, com características de parceiros.

A primeira corresponde a uma situação mais tradicional na região. Representa agrupamentos ou unidades sociais cuja economia é sustentada pela alternância de atividades que buscam sazonalmente os recursos regionais através da: agricultura, pesca, extrativismo, do criatório.

No seio desta há um maior controle dos meios de produção pelos agentes da produção; em geral são proprietários dos meios de produção; possuem acesso à terra por herança, compra ou posse. Habitam diferentes lugares. No litoral em áreas do interior da orla marítima. No Baixo Amazonas, nos lugares distanciados dos centros urbanos à beira dos rios, paranás, igarapés, lagos, cujo padrão habitacional tende para os aglomerados de vizinhanças e são geralmente referidos como Lugar, povoado, vila.

A segunda a dos pescadores cidadãos - aparece com uma tendência à separação entre o produtor e seus meios de produção, que engendra a formação de um grupo desprovido de instrumentos de trabalho, detendo apenas sua própria capacidade de trabalho como instrumento de produção. Com essa força de trabalho em parceria com outro pescador ou aluga a pescadores geleiros ou a comerciantes geleiros de peixe. Desta maneira aliam-se ou ficam na companhia daqueles que possuem os apetrechos de pesca de que não dispõem, como redes de pesca, canoas, motor. Esse sistema de parceria *ten-*

de<sup>30</sup> a ser igualitário na distribuição do produto final do trabalho, porque, embora o pescador não possua os instrumentos de trabalho de pesca, a experiência e o conhecimento que ele tem, são considerados como elementos importantes no processo produtivo.

Essa segunda forma de organização social da produção pesqueira vem sendo oficialmente chamada de pescadores artesanais.

Expressa assim, a organização daqueles pescadores que dedicam a maior parte do seu tempo à faina pesqueira - por isso monovalentes - ao contrário da dos pescadores-lavradores que dividem seu tempo combinando, sazonalmente, atividades diferentes: pescam para o consumo durante todo o ano; pescam para a comercialização em determinadas épocas do ano, como por exemplo, no tempo do peixe liso (dourada, filhoté, piramutaba, mapará); coletam castanhas e sementes; plantam roçados e jutais e/ou criam gado.

Esta terminologia - pescadores artesanais - nos parece, todavia, um tanto imprecisa, pois se considerarmos a natureza dos instrumentos e da pesca realizada pelos pescadores-lavradores, esta também é de caráter artesanal. A artesanaria, portanto, não é uma característica particular da segunda categoria. Extrapassa os seus limites para se recuperar na atividade do pescador-lavrador. Na falta de outro termo mais preciso, continuamos aqui a tratá-la como tal.

A situação pesqueira ligeiramente esboçada, a partir deste ponto de vista, coloca algumas questões para nossa reflexão que se definem como principais preocupações neste trabalho. Estas são: (1) o que representa, no contexto da pequena produção pesqueira do Pará, a presença dessas duas formas de organização social? (2) Quais as características de ambas? (3) Quais os fatores que levam à passagem de uma a outra? (4) Em que ponto reside a diferenciação entre elas? (5) Em que condições os pescadores artesanais, que tendem a crescer numericamente, encontram as vias de reproduzirem-se socialmente?

Com isso buscamos compreender a natureza, a estrutura interna das unidades sociais onde estão presentes essas formas de organização social da pesca, o posicionamento e as relações das populações pesqueiras<sup>31</sup> na estrutura social da região.

Como já dissemos esta população se distribui em unidades sociais por todas as áreas do Estado do Pará. Porém, concentra-se naqueles municípios que estão à margem ou mais próximos aos mananciais de pesca, rotulando-os de áreas pesqueiras assim como suas zonas fisiográficas inclusivas.

---

30 O negrito significa chamar a atenção para informar que o igualitarismo não é absoluto e sim relativo. Depende muito da concepção do pescador nos valores tradicionais de grupo, no que concerne a reconhecer o conhecimento e a habilidade que seu companheiro tem de pesca, mesmo estando ele desprovido dos meios materiais de trabalho, com os quais tem acesso à pesca.

31 Entendemos aqui como população pesqueira aquele segmento da população rural amazônica, no seio do qual a pesca assume papel relevante no setor produtivo, advindo dela o principal suporte econômico. Compreendem faixas econômicas dentro dos municípios, cuja localização dispõe de maior acessibilidade aos mananciais pesqueiros.

Num breve estudo econômico sobre o comportamento da economia pesqueira no Pará, no período de 1963/1967, Rocha (1968:6) consagra como os principais produtores de pescado os municípios constantes do quadro a seguir segundo suas respectivas zonas fisiográficas.

Conquanto estes dados não estejam literalmente incorretos, são passíveis de reparos pois alguns municípios, que são reconhecidos como pesqueiros não figuram neste quadro. Supõe-se que tais informações tenham sido fundadas em estatísticas elaboradas a partir de dados coletados em centros catalizadores de pescado de outros centros. Com nossa experiência de campo, no litoral e no Baixo Amazonas, pudemos constatar a inexistência de estatística ou de qualquer controle da safra de peixes nos centros produtores para outros mercados. Esse fato escamoteia a produtividade desses centros ao mesmo tempo que favorece outros municípios, que, muitas vezes funcionam mais como entreposto comercial do que centro produtor. Exemplo disso tem-se o caso de Primavera, Vigia e Santarém. Estes, na verdade, produzem peixe, porém o volume do produto, que lhe dá o rótulo de principais produtores de pescado advém da produção de outros municípios circunvizinhos.

Quadro 5

ZONA FISIAGRÁFICA	MUNIC. PRODUTORES DE PESCADO
Salgado	Primavera, São Caetano de Odivelas, Vigia e Curuçá
Marajó e Ilhas	Soure, Santa Cruz do Arari e Salvaterra
Baixo Amazonas <sup>32</sup>	Santarém
Bragantina	Belém
Tocantins	Cametá

A Vigia (na Zona do Salgado) é outro caso. Este município recebe peixe de Curuçá, São Caetano de Odivelas e Marapanim. Este último, é na verdade um grande produtor de peixe cuja produção lhe é dada pelas praias do Sauaá, Tamaruteua, Camará e principalmente Marudá. O movimento de pescadores acompanhando o regime das águas, provoca constantes deslocamento dos seus pescadores para pescarias nas cercanias da Vigia. E o resultado da produção é comercializado através da Vigia. Fica então o Município de Marapanim sem controlar estatisticamente a produção dos seus pescadores e sem receber as divisas que merece. Em contrapartida, a Vigia, que aparece como centro catalizador dessa produção, fica com todas as vantagens: maior produtividade; município "mais importante" em termos de pesca na região do Salgado.

<sup>32</sup> Naquela época ainda não havia sido feita a divisão oficial dessa região em Baixo e Médio Amazonas. Naquela época o Baixo Amazonas incluía 10 municípios. Com a atual divisão perdeu 7 para formar a "Micro Região Homogênea do Médio Amazonas, ficando assim distribuídos: No Baixo Amazonas: Porto de Moz, Prainha e Almeirim, no Médio Amazonas: Monte Alegre, Santarém, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Juriti e Faro".

Caso análogo é o de Santarém no Baixo Amazonas que recebe grande volume de peixe dos municípios de Óbidos, Juriti, Faro e de outros. Infelizmente a falta de controle de movimento de entrada e saída de pescado nesses municípios, não nos permite apresentar dados numéricos sobre o tema. Porém um contato direto e participante com a atividade pesqueira em ambas as regiões (Litoral e Baixo Amazonas) como o que pudemos desfrutar, proporcionam esse panorama ao investigador.

Portanto, se criados mecanismos ou sistemas de controle de produção e comercialização do pescado, adequados e de modo estratégico, correspondendo à realidade empírica, ter-se-á a imagem real da situação de produtividade pesqueira no Pará. Ao mesmo tempo isso contribuirá para remediar a visão distorcida que paira sobre a eficiência da tecnologia utilizada pelos pescadores artesanais, bem como a geração de benefícios mais equitativos dentro do setor pesqueiro amazônico.

Uma quarta característica da pesca artesanal é a íntima relação homem/natureza que ela provoca à medida em que o pescador utiliza uma tecnologia simples, cuja base está na herança indígena, legada pelo contato entre brancos e índios, na Amazônia.

Esses contatos, sobretudo os de caráter permanente, proporcionam ao caboclo amazônico um aprendizado dos métodos e técnicas de pescar e de processar o produto da pescaria. Nesse afã, o homem sempre se valeu e se vale basicamente dos recursos que a natureza lhe oferece os quais, associados à sua ação criadora, adaptativa e cognitiva em relação à natureza envolvente, produziu e desenvolveu suas próprias técnicas, permitindo-lhe garantir seu processo de produção e de reprodução social e material. Neste caso homem e natureza são interfaces de um mesmo processo produtivo, cujas relações, em determinados momentos, aparecem de forma ritualizada, isto é, quando o homem ao intervir sobre ela, o faz com parcimônia, de modo não abusivo, porque tem um sistema de crenças a lhe regular o comportamento diante dela. Mães de rio, mães de bicho, mães de mato, mães d'água, mães de peixe fazem parte dessas crenças que, de algum modo, sugerem-lhe atitudes de respeito frente ao espaço em que atuam. É por aí e pelas crenças que povoam o universo do caboclo pescador, que se deve buscar a compreensão (e até mesmo se asseverar) de que a pesca artesanal, por sua natureza, não chega a dispor de mecanismos predadores da natureza quanto outras formas de produção mais sofisticadas.

Um pescador, conforme a região em que vive, tanto utiliza (em maior ou menor grau) os recursos do espaço aquático, dos campos e das florestas, quanto modifica esses espaços de onde retira a maior parte de sua sustentação<sup>33</sup>. Parodiando Firth (1978:46), pode-se dizer que nessa relação "o pescador é visto não como objeto plástico que o ambiente modela à vontade, mas antes, de acordo com a expressão de um geógrafo, como um agente geomorfológico, que ocupa áreas do mundo ativamente atuando como fator de transformação. É um ser interagindo com a natureza em cuja ação se processa o equilíbrio necessário à sua reprodução vital e social.

<sup>33</sup> Alimentos, madeira, fibras e resinas para aplicação em seus materiais de produção e em seu uso doméstico, produtos para venda no mercado.

A parcimônia de sua ação sobre a natureza, isto é, sobre os espaços de onde retira a sua manutenção - campos, florestas, rios, etc. - é o próprio mecanismo inibidor de agressão ao ambiente. Mesmo que atualmente o pescador esteja utilizando técnicas mais modernas como as redes malhadeiras de nylon e de material plástico, a predação que possa causar à natureza e seus recursos é formidavelmente menor em comparação com os efeitos causados pela tecnologia industrial, utilizada na pesca empresarial, assegura o ecólogo do Museu Goeldi, Michael Goulding, em nossas conversas sobre o assunto. É claro que nessa reflexão não se incluem os processos de pesca utilizados com explosivos e com narcóticos.

Quanto a esses dois processos, cabe uma ligeira digressão. O primeiro é extremamente nefasto porque dizem cardumes inteiros que estão passando na hora de detonar o artefato<sup>34</sup>, além de prejudicar a saúde do consumidor de peixe capturado por explosivos. Esse processo vem constituindo uma prática na região de Santarém, cuja ação praticamente dizimou a vida no lago Mapiri. Chamamos a atenção para o fato de que esse processo é resultado da indução de comerciantes de fora da área sobre os pescadores locais a fim de satisfazerem seus interesses de acumulação.

Com relação ao processo de pesca por narcotização, essa é uma herança indígena. Assim sendo, não haveria perigos em sua utilização por parte de segmentos da sociedade complexa. Porém, a utilização que uma e outra sociedade fazem desse processo é bem diferente e essa diferença é imanente à natureza da própria organização social de ambas e às finalidades comerciais a que se destina o pescado.

Na sociedade tribal o uso dos narcóticos - timbó, principalmente - é controlado pelas necessidades institucionais e pelo tamanho da população que o utiliza, de modo que esses dois mecanismos funcionam como princípio de controle ecológico.

Na sociedade complexa, através de seu segmento rural de pescadores, o uso do timbó ou do cunambi é visto atualmente como predador na medida em que os interesses de acumulação pela via da pesca - ausentes na sociedade tribal - funcionam com injetores da ação de captura do peixe. Tomando-se assim um processo indiscriminado, não seletivo e que, em consequência, pode abalar, senão, dizimar estoques de peixes existentes nos mananciais onde se pratica o uso dessas plantas narcotizantes (rios, lagos e principalmente em igarapés).

Julgar a atividade pesqueira artesanal como predadora também faz parte da ideologia da classe dominante ligada ao setor pesqueiro que busca, nessa pretensa predatoriedade, a justificativa para a implantação de projetos industriais "mais eficientes", como se eles fossem os únicos instrumentos capazes de gerar o abastecimento dos mercados compradores de peixe. Ao fazermos essa colcação não significa que estejamos relegando a pesca industrial a um plano inferior e sem expressão no contexto econômico regional. O que questionamos são os argumentos utilizados por seus executores para jus-

---

<sup>34</sup> Bombas de fabricação caseira feita com a mistura de pólvora, enxofre e salitre.

tificar sua implantação e ação em detrimento do setor que, historicamente, tem provado ser capaz de atender a demanda do mercado interno. O que se questiona também é o descontrole, a indiscriminação na captura, a falta de prospecção dos estoques, modo e o ritmo com que esses projetos têm atuado na Amazônia. A pesca industrial é útil e necessária, porém tem que ser revista em seu processo de implantação e atuação, a fim de que se possa manter a pesca em níveis sustentáveis de captura para a garantia da reprodução dos cardumes que, em contrapartida, beneficiem as populações que produzem, repartem e consomem o pescado na região.

A íntima relação entre homem e natureza, atribui ao produtor da pesca artesanal a qualidade ímpar de conhecedor de seu meio envolvente, atribui-lhe regras de equilíbrio e de preservação; o seu universo mítico, por outro lado, inculca-lhe mecanismos (ainda que inconscientes) de preservação da natureza<sup>35</sup>; permite-lhe um conhecimento sobre quando uma árvore vai ou não florir, dar fruto ou se o fruto é ou não comestível; conhece os dias e épocas adequadas para o corte de uma folha de palmeira para cobrir sua casa e não criar bichos, ou de madeira para sua embarcação e para não rachar depois de pronta<sup>36</sup>; conhecem os territórios de caça e pesca e coleta; tempo e efeito das chuvas, nível de trânsito de peixes nos rios e lagos e praias, etc.

## AS DIFICULDADES DA PESCA ARTESANAL NO PARÁ

A seguir apresentamos alguns fatos que vêm sendo considerados como problemas por parte da população pesqueira. Alguns deles, já têm sido denunciados por pescadores e entidades através da imprensa e, objetivamente apresentados pela Federação de Pescadores do Pará à Sub-Comissão do Pará da Câmara Federal, em 1985.

Entre as dificuldades que mais têm atingido o setor pesqueiro artesanal, nos últimos vinte anos, destacamos: (a) a invasão das áreas de pesca artesanal por barcos da frota pesqueira industrial; (b) a falta de apoio institucional para a pesca artesanal; (c) a especulação imobiliária nas áreas de moradia de pescadores; (d) a inadequação/ausência de legislação pesqueira para a região amazônica; (e) a fragilidade da organização associativa dos pescadores; (f) ingerências externas ao setor da vida associativa do pescador.

### *a) A invasão das áreas de pesca artesanal pela frota industrial*

A invasão das áreas de pesca artesanal é factível tanto no âmbito das águas litorâneas que banham os 512 Km de costa paraense, quanto no das águas interiores.

---

35 As crenças em entidades sobrenaturais (espíritos das águas, das beiras de rios, das matas, bichos visagentos) arrefeceu o ímpeto predador do indivíduo na busca do objeto de sua subsistência.

36 Faz parte da crença do caboclo amazônico cortar palha (folhas de palmeiras) para cobertura de casas, ou tirar madeira em noites de lua escura, pois se cortar palhar ou tirar madeira no claro dá bicho na palha e a madeira racha. O tempo bom é o escuro. A cosmologia do caboclo está presente de forma viva no seu cotidiano e não como algo desvinculado ou visto apenas como elemento de superstição.

Os limites definidos pela SUDEPE, que hoje estabelecem as áreas de pesca artesanal e pesca industrial no Pará, não são contemplados com a observância por parte desta última e com a fiscalização rigorosa por parte da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE).

Em 1983 a SUDEPE publicou uma portaria que normatizava a pesca de piramutaba (*Brachyplastystoma vaillantii*) e outros bagres da ordem siluriforme e estabelecia seus limites de captura para a frota industrial. Essa Portaria é a de nº N 009 de 09/03/83 em cujo artigo 1º se lê: “manter interdita a pesca de arrasto no criadouro natural de espécies aquáticas da região estuarina dos rios Amazonas e Pará na área que vai até os limites definidos pelo paralelo de 00°05' e meridiano de 48°00' N.

Estes limites traçam uma linha imaginária estabelecendo um divisor de águas para ambos os setores. O industrial, porém, não observa estas determinações e penetra no setor artesanal por vários fatores<sup>37</sup> originando-se nessa penetração o conflito entre pescadores artesanais e a frota industrial.

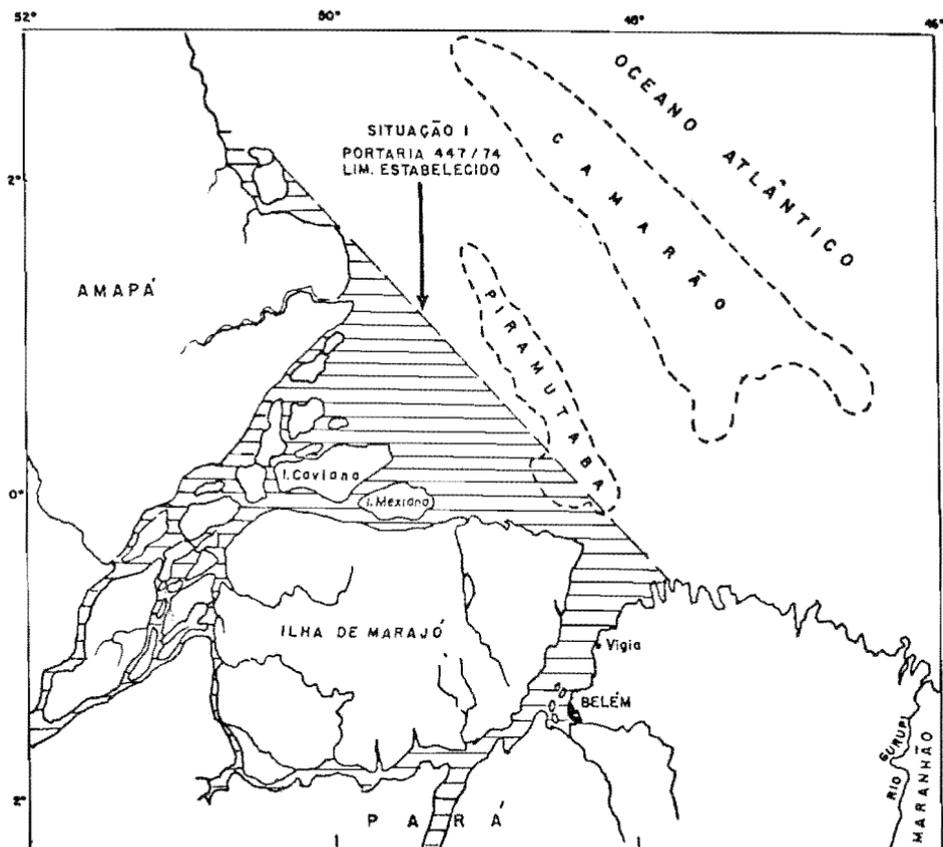
Este se configura com resultados concretos de prejuízos provocados nas bases materiais, com a destruição das redes, espinhéis e embarcações em virtude da força mecânica das enormes redes de arrasto, e ainda a predação rápida e acentuada à natureza pelo fato de as redes de arrasto revolverem o leito do estuário acabando inclusive, com a fonte de alimentação piramutabeira que é a moréia (Federação dos Pescadores do Pará s.d.:02-03) e de outras espécies de peixe que desovam e se criam nesse território aquático.

Antes porém, dessa portaria a de nº 447/74 da SUDEPE, estabelecia a zona física de atuação da frota industrial para a pesca da piramutaba, funcionando assim como limite definidor das áreas do setor artesanal e do industrial, no litoral paraense. Esta Portaria 447/74 define como limite físico para a pesca industrial para além de uma linha reta imaginária cujos extremos se localizavam do Farol do Cabo Norte à Ponta da Tijoca, no município de Curuçá, (Figura 1). Essa delimitação é necessária porquanto a ação dos barcos industriais podem trazer conseqüências negativas para os cardumes, que da região do estuário amazônico, migram para as áreas interiores, Figura 6.

Interesses empresariais para minimização dos custos operacionais de pesca industrial, pressionaram a retração dessa linha para mais próximo da

---

<sup>37</sup> Entre estes está a captura fácil e menos dispendiosa para a frota pesqueira na área estuarina que afluem dos limites estabelecidos pela Portaria N 009, anteriormente citada. Entre os meses de janeiro a junho, a piramutaba (*Brachyplastystoma vaillantii*) migra dos domínios oceânicos para a área estuarina (área de pesca artesanal segundo a mesma portaria), ocorrendo concomitantemente a invasão dos barcos industriais à procura dos cardumes deste peixe (Federação dos Pescadores do Pará:2). Além disso nenhuma lei ou portaria existe para haver uma parada nas pescas industriais de piramutaba durante o ano. Somente em junho de 1987 o grupo de trabalho “Pesca Artesanal” (do qual participamos no GPE da Piramutaba), propôs um defeso ou paralisação da pesca da Piramutaba por um período mínimo de noventa dias, cobrindo os meses em que ela está às proximidades do estuário. Antes porém, a frota industrial operava dentro dos limites artesanais. Instaurou-se assim a concorrência desleal entre os dois setores. Além deste fator está a omissão da SUDEPE que não adota medidas severas e adequadas para coibir os abusos. Alega sempre falta de recursos materiais e humanos para a fiscalização. Ficando quase sempre a fiscalização por parte dos pescadores artesanais, que com os recursos de que dispõem defendem-se como podem, sem, no entanto, terem ressonância os seus pleitos.



Escala 1:2.000.000



ÁREA DE PESCA ARTESANAL

ÁREA DE PESCA INDUSTRIAL

Fontes: SUDEPE/PA – (Enfoque sistêmico de setor pesqueiro, 1979p ag.14)

IDESP - Diagnóstico do setor pesqueiro do Estado do Pará, s.d. pag. 10 e 11

Legislação Pesqueira - SUDEPE - Loureiro 1985: 142

Figura 6 - Localização das áreas proibidas de pesca da frota industrial

costa. Surge então, a Portaria nº 007/76 - SUDEPE. A partir dela, aquela linha imaginária se reduz até o paralelo de 00° e o meridiano de 48°00'W (Figura 2). Com esses limites a frota industrial operaria, teoricamente, a partir de três milhas da costa, o que nem sempre foi observado, segundo afirmam dirigentes da Federação dos Pescadores do Pará - FEPA, o próprio Coordenador da SUDEPE, sobretudo, os pescadores artesanais e os patrões de pesca, embarcados nessas frotas.

Em contrapartida a mobilização dos pescadores artesanais através da FEPA, em freqüentes reuniões de classe, debatiam as conseqüências dessa invasão aos seus limites pesqueiros, tanto para sua produtividade, quanto para a renovação dos estoques pesqueiros e de sua cadeia alimentar. Daí resultaram propostas para o avanço da linha imaginária no sentido para fora do litoral. Em conseqüência, surgiu, recentemente a Portaria nº NR-N-011 de 13 de maio de 1987, publicada no Diário Oficial da União em 14/05/87. Esta "proibe a pesca com qualquer tipo de arrastão por embarcações motorizadas a menos de 10 (dez) milhas da costa, nas águas sob jurisdição nacional, compreendidas entre a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa (linha loxodrômica que tem o azimute verdadeiro de 41°30'00", partindo do ponto definido pelas coordenadas de latitude de 4°30'30" e longitude 51°38'12"W) e a divisa do Estado do Pará com o Estado do Maranhão Meridiano 46°02'00" W.

Com esta portaria dilata-se assim a área das três milhas para 10, ganhando os pescadores artesanais mais 7 milhas para sua atuação.

#### b) "Ausência de apoio institucional"

O segundo problema é o enfrentamento à falta de apoio institucional.

Se compulsarmos alguns documentos relacionados ao planejamento para a Amazônia tais como planos quinquenais da SUDAM ou outros, observamos que a pesca artesanal enquanto setor produtivo ou é tratada como um setor onde a atividade pesqueira é "irracional" e "improdutiva", ou é praticamente ignorada<sup>38</sup>. Como resultado, o aporte financeiro que lhe é devido, praticamente não existe. E nesse esquema de planejamento, as vantagens vão para o setor industrial por se configurar como um setor onde a empresa pesqueira, montada com observância aos requisitos técnicos modernos, encontra

---

<sup>38</sup> Desde o período colonial do Pará, a pesca desfruta da condição de não figurar como meta principal do governo. Af está uma das contradições de sua importância. No orçamento de receitas e despesas fixadas a nível municipal e provincial, os governadores de Província, sequer lembram de alocar verbas para o setor pesqueiro. No entanto cobram-lhe impostos. Exemplo: O governo provincial de Antonio Coelho de Sá e Albuquerque sancionou, para que constasse das rendas especiais do orçamento da receita e despesa municipal, durante sua gestão, as seguintes imposições: Para os municípios de Alenquer e Cachoeira, estabelecia "20 réis por arroba de peixe que foi manufaturado nos lagos dos respectivos municípios e d'elles exportados" (Collecção de Leis da Província do Gran-Pará, 1859:67); para o de Bragança, "2\$000 réis por licença para levantar tapagem ou curral para ganhar peixes nos rios; furos ou enseadas do município"; para as Vilas de Monte Alegre e Franca "800 réis por cada montaria que se empregar no fabrico de peixe (farinha de piraçuf ou farinha de peixe) nos lagos do seu município"; para Óbidos "20 réis por arroba de peixe que fôr manufacturado nos lagos do município".

na Amazônia campo onde as leis da concorrência militam em favor de seu sucesso. Em contrapartida, a pesca artesanal é encarada como uma atividade realizada através de métodos e meios os mais rudimentares, não raro os mesmos utilizados pelos índios, e em regime de atividade suplementar.

Inferimos, a partir dessa mentalidade, que o apoio institucional, obviamente, é e será bem menor para o setor artesanal que para o setor industrial. Neste sentido, os casos concretos demonstram, que a pesca industrial sempre foi mais beneficiada que a pesca artesanal. A maré de vantagens para o setor industrial surge com a política de interesses desenvolvimentistas para a Amazônia, que tem como consequência a implantação do parque industrial pesqueiro, em Belém, principalmente, cuja influência se estende do litoral ao interior do Estado.

A primeira evidência desse interesse se manifesta com a "missão FAO-UNESCO" que em convênio com a antiga SPVEA<sup>39</sup> e o Ministério da Agricultura promoveu um estudo, coordenado por Antonio Torres Botelho e Arno Meschkat, sobre as possibilidades de desenvolvimento de processos industriais relacionados à captura e beneficiamento de pescado. Isto aconteceu entre 1955 e 1959.

O Governo do Pará, por seu turno, no sentido de fornecer apoio institucional à pesca, cria pelo Decreto nº 4.721 de 5/4/65 o Grupo Executivo de Pesca (GREPE) vinculado ao Setor de Estudos e Projetos do antigo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará (CONDEPA) hoje Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP). Este grupo incumbiu-se de traçar uma política estadual de desenvolvimento da pesca (Mello 1985:139).

O apoio se reforça com a criação dos Incentivos Fiscais da Pesca, em 1967, pelo Governo Federal. Este estimulou o acesso de grupos nacionais e estrangeiros à exploração dos mananciais pesqueiros, previsto no Decreto-Lei nº 221 de 28.02.67. Com os desdobramentos deste decreto, outros benefícios são dados ao setor, como por exemplo: isenção do imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados, de taxa aduaneiras, etc.

Ao ler-se o III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca para o quinquênio de 1975-1979, no que tange às fases de desenvolvimento do setor pesqueiro percebemos que o setor industrial sempre esteve presente nas cogitações para receber estímulos institucionais, tendo em vista elevar a produção pesqueira como real contribuição na formação do Produto Nacional.

A defasagem de apoio institucional percebida entre os setores industrial e o artesanal foi denunciada num encontro realizado entre a Federação dos Pescadores do Pará e a Sub-Comissão de Pesca da Câmara Federal. Expressa o documento resultante desse encontro: "Os efeitos decorrentes do Decreto-Lei 221 em conjunto com o reconhecimento da pesca como indústria de base e a política global vigente no país, transplantou para o setor pesqueiro

---

<sup>39</sup> Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia que deu origem à atual Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

um modelo orientado preponderantemente para o crescimento econômico resultando daí a transferência induzida de capital para o sub-setor industrial" (...) "Para se ter uma idéia, o quanto o sub-setor artesanal é carente, basta verificar que o Decreto-Lei 221/67, de estímulo à pesca, consta 99 artigos, dos quais apenas 03 dizem respeito aos pescadores, à pesca artesanal e ao sistema de representação profissional" Federação dos Pescadores do Pará (s.d.:4-7). Esse documento relaciona as vantagens adicionais auferidas pelo desdobramento do referido decreto. Essa política, concluem os pescadores artesanais, "privilegia os grupos econômicos do setor pesqueiro industrial".

O referido documento ainda afirma que a política da SUDEPE é dirigida para beneficiar esse setor porquanto suas pesquisas têm sido desenvolvidos sobre espécies ictiológicas de interesse exclusivamente industrial e de exportação tais como: lagosta, camarão, pargo, piramutaba, dourada e outros peixes de couro.

As viagens que o setor industrial desfruta de política "desenvolvimentista" do Governo foram listados pelos presidentes de Colônias de Pescadores aos parlamentares daquela Comissão. Entre estas colocam-se: (a) isenção total do Imposto Único sobre Lubrificantes Combustível (IULC) de acordo com Decreto nº 70.885, de 1972; (b) isenção de imposto de implantação e taxas aduaneiras para materiais utilizados na captura, processamento e comercialização; (c) isenção do IPI (Imposto Sobre Produtos Industriais) sobre equipamento de pesca; (d) isenção de imposto e taxas federais sobre a venda de pescado destinado à exportação; (e) dedução de Imposto de Renda para investimento em projeto de pesca<sup>40</sup> e 100% para pessoas jurídicas que exerçam atividades pesqueiras; (f) isenções gerais e incentivos na indústria pesqueira conforme o Decreto nº 62.458, de 25/03/68; (g) Fundo de Investimento Setorial - Fiset/PESCA conforme o Decreto nº 1.376 de 12/12/68.

No discurso dos representantes de Colônias de Pescadores do Pará, reunidos com aquela Comissão Parlamentar, manifestam-se as queixas em relação ao "desinteresse" do Estado pela pesca artesanal. Na concepção desses representantes de pescadores artesanais, falta-lhes infra-estrutura de apoio para o exercício de sua profissão e aumento de renda. E os passos para isso seria o estímulo à criação de entrepostos pesqueiros de armazenagem e comercialização<sup>41</sup>; geração de insumos por parte do Estado às necessidades da pesca como óleo combustível, gelo e instrumentos de pesca; garantia de mercado para comercialização do pescado produzido pelos artesanais, tendo em vista a minimização da rede de intermediação vigente entre o pequeno produtor da pesca e o consumidor.

Não obstante a criação do PROPESCA em 1982, através do convênio entre a SUDEPE, o BID e o BNCC, que beneficiou o setor pesqueiro como um todo, o sub-setor artesanal recebeu as menores parcelas comparando-se com os recursos destinados ao setor industrial.

A nível nacional e estadual foram estas as distribuições dos recursos do PROPESCA conforme os quadros nºs 6 e 7 respectivamente.

<sup>40</sup> A dedução prevista é de 25%, podendo atingir até 50%, se o projeto for implantado nas áreas de jurisdição da SUDAM e/ou da SUDENE.

<sup>41</sup> Com organização e funcionalidade absolutamente compatíveis com os interesses dos pescadores.

Quadro 6  
Distribuição dos recursos do PROPESCA aos setores da pesca  
a nível nacional

SETORES PESQUEIROS	Nº DE PROJETOS	MONTANTE Cr\$ 1.000	% Cr\$
Industrial	142	14.500.248,2 <sup>1</sup> / <sub>4</sub>	53
ARTESANAL	2.230	5.970.261,156	22
Agricultura	130	6.754.682,787	25
<b>T O T A L</b>	<b>2.502</b>	<b>27.225.192,207</b>	<b>100%</b>

Fonte: Federação dos Pescadores do Pará, s.d.:6.

Quadro 7  
Distribuição dos recursos do PROPESCA ao setores da pesca  
no Pará

SETORES PESQUEIROS	Nº DE PROJETOS	MONTANTE Cr\$ 1.000	% Cr\$
Industrial	08	4.050.075,505	91
ARTESANAL	199	442.430,735	9
Agricultura	-	-	-
<b>T O T A L</b>	<b>207</b>	<b>4.492.713,240</b>	<b>100%</b>

Fonte: Federação dos Pescadores do Pará, s.d.:6.

Estes dados se referem até 1º de outubro de 1984.

A falta de apoio institucional para o setor artesanal não se manifesta somente no plano da produção mas, estende-se também ao setor do associativismo do pescador. Esse associativismo é materializado pelas Colônias de Pescadores, estabelecidas nacionalmente, cuja congregação estadual compõe as Federações Estaduais de Pescadores e estas, a nível nacional, formam a Confederação Nacional dos Pescadores - CNP, com sede em Brasília.

O desamparo se dá em todos os níveis dos órgãos da classe pescadora artesanal. No caso do Pará, se a Federação dos Pescadores não dispõe de recursos próprios necessários à sua manutenção e repasse às suas afiliadas - Colônias de Pescadores - estas vivem em pior situação.

A Federação dos Pescadores do Pará, a mais antiga do Brasil, nem sede própria tem. Vive atrelada nas dependências da SUDEPE num espaço que pouco ultrapassa a 10 m<sup>2</sup>.

Esta situação agrava-se por fatores relacionados ao paternalismo exercido pelo órgão de instância estadual - A Federação - é a frágil organização política dos pescadores, que não permite uma administração decidida, por si mesma, e/ou a adoção de normas e estratégias que venham de fato e de direito beneficiar a classe pescadora.

### *c) Especulação imobiliária em áreas de pescadores*

Um outro problema que aflige o setor artesanal relaciona-se à especulação imobiliária, verificável principalmente nas áreas de pesca marítima que exerce grande atração sobre os agentes e consumidores de turismo.

Numa rede complexa, o processo de especulação se instala inicialmente com a procura de compra de terreno por aqueles que visitam as praias do litoral, habitadas por pescadores.

O pescador é induzido pelo visitante a vender sua propriedade. Propostas desse tipo vão aparecendo e se avolumando, acabando por gerar a relocação dos pescadores para outras áreas menos privilegiadas. Por outro lado o Estado começa a promover o acesso mais direto ao turismo através da construção de rodovias<sup>42</sup>, hotéis, pontes para facilitar acesso quando tais áreas são insulares, linhas de navegação<sup>43</sup>.

Essa rede de especulação tem dois aspectos que se têm configurado como negativos para os pescadores que habitam no local. Um diz respeito à perda do território em que habitam, obrigando a deslocamentos, que muitas vezes os distanciam do local de trabalho. O outro refere-se à modificação de suas antigas condições de vida, que aos poucos lhes vai impulsionando à migração para as cidades.

<sup>42</sup> Casos assim ocorreram em Mosqueiro, Salinas, Marudá e agora, recentemente em Ajuruteua. Todas na orla marítima do Pará, com exceção de Mosqueiro que fica na região estuarina.

<sup>43</sup> No caso do Pará temos a ponte do Mosqueiro que liga Belém à ilha homônima; a do Outeiro conectando Belém com a região praiana desta área de falésia na região estuarina; as rodovias que levam, como as pontes, às áreas de pesca. Para o Marajó temos linhas regulares para turismo, pela ENASA (Empresa de Navegação da Amazônia Sociedade Anônima).

Há decisões governamentais que, em nome do turismo, têm prejudicado enormemente comunidades de pescadores na manutenção dos seus meios de produção. É o caso, por exemplo, da remoção de currais de pesca na orla marítima do Pará. Entre 1976 e 1980, a Prefeitura de Marapanim sob a alegação de "embelezar as praias" locais e evitar o seu assoreamento, estava proibindo os pescadores de instalarem seus currais de pesca na área fronteira à praia. Isso causou descontentamento aos curralistas<sup>44</sup> do município que se sentiram prejudicados tanto pelas despesas que envolviam uma nova colocação de curral, quanto pela distância entre sua moradia e a paragem<sup>45</sup> do curral.

Essa invasão da especulação imobiliária nas áreas rurais, atingindo áreas de pescadores, vem somar-se aos fatores que promovem a migração do pescador para outros lugares que vão desde pequenos povoados, passando pelas sedes municipais até as capitais. Nestas passam a viver uma nova vida na qual a proletarianização é inevitável.

A partir do processo de especulação imobiliária nas áreas pesqueiras, há um redimensionamento do espaço de moradia e mesmo da praia enquanto parte da área de produção dos pescadores.

O povoado, que antes era exclusivamente habitado por pescadores, cede lugar a novas moradias de veranistas<sup>46</sup>, que compram dos pescadores e passam a transformá-las ao estilo próprio do meio urbano.

Com a continuidade do processo, chega um tempo em que quase nenhum pescador está morando em seus antigos lugares. Isto já aconteceu em Mosqueiro, Salinas e já começou em Marudá<sup>47</sup>, no Pará.

As praias deixam de ser a ante-sala de trabalho do pescador, onde moradias, ranchos e ancoradouros se distribuem quase sempre linearmente, para se tornar um espaço em que os principais usuários são os veranistas. Para dar um exemplo, lembramos o caso de Marudá onde trabalhamos por alguns anos observando o manejo do litoral pelo pescador.

Ali, quando visitamos pela primeira vez (em caráter de veranista), em 1957, o ambiente natural da praia, que circunda toda a atual Vila de Marudá, era composto por dunas recobertas com a vegetação típica dessa paisagem litorânea, comumente chamada de salsa da praia, touceiras de capim e ajiruzeiros esparsos. Por trás do casario de madeira ou de palha, geralmente linear ao longo da praia, penetrava a vegetação de manguezais (*Avicenia nitida*) de cuja madeira os pescadores retiravam lenha para fazer carvão e

---

<sup>44</sup> Pescadores que utilizam o curral como modalidade de Pesca (Furtado 1980).

<sup>45</sup> Algum local onde o pescador tenha que ir ou estar, ou instalar seu curral.

<sup>46</sup> Pessoas que vão passar temporadas de férias ou fins de semana nos lugares onde existem praias. Como esse fato concentra-se no tempo do verão (mês de julho na Amazônia) recebeu essa denominação.

<sup>47</sup> Três áreas de Praia, na orla marítima do Pará, que de centros de pescadores transformaram-se em centros de lazer da burguesia e classe média do Pará.

coletavam turu (uma espécie de enguia que habita troncos de mangueira) para alimentação, além do caranguejo que retiravam dos mangais.

Essa praia começou a ser visitada por veranistas a partir da abertura de uma estrada que iniciava na cidade de Marapanim, sede do município inclusivo.

Com o passar dos anos essa estrada recebeu melhorias e foi pavimentada com asfalto, facilitando o acesso da população de fora. Antes porém, a praia já contava com um pequeno "hotel" de estrutura rústica. O proprietário do mesmo hoje é dono do melhor hotel que existe na área - "Hotel Marudá" - construído com recursos da SUDAM. Além deste existem outros, sem no entanto constar na classificação hoteleira vigente.

Vários terrenos foram loteados, a maior parte adquirida por veranistas, que oferecem aos pescadores locais os serviços de construção e de caseiro<sup>48</sup>. A vegetação que recobria as dunas e que era responsável por sua existência e reprodução desapareceram em favor do "progresso" de Marudá.

A população adventícia foi-se infiltrando, desalojando os verdadeiros donos da praia para outros lugares da Vila.

Hoje nos locais onde habitavam os pescadores foram construídas mansões e casas de estilo urbano, quase sempre em alvenaria; na orla da praia se distribuem barracas com caráter de bar e restaurante, utilizadas pela população de fora; os pescadores enredam-se em terrenos por trás da pequena vila.

No Baixo Amazonas não encontramos ainda fato semelhante.

#### *d) Inadequação e fragilidade da legislação pesqueira*

Outro problema enfrentado pelos pescadores é a inadequação e fragilidade da legislação pesqueira às condições ambientais da região e aos interesses deles com relação à pesca. Segundo os pescadores sua revisão e reformulação tornam-se urgentes e cruciais para o equacionamento dos problemas que dele derivam (conflito pesca artesanal/pesca industrial; conflitos entre comunidades de pescadores; depredação do ambiente; aviltamento dos preços de pescado estabelecidos pelos pescadores, desrespeito às suas zonas de pesca).

Esta legislação acha-se consubstanciada no Código de Pesca vigente<sup>49</sup> e nas Portarias e Resoluções adicionais, que vão sendo postas em ação muitas vezes de maneira improvisada.

---

<sup>48</sup> Atividade caracterizada pela guarda e manutenção do imóvel do veranista, durante sua ausência.

<sup>49</sup> Criado pelo Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967 que "dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências" de acordo com as prerrogativas que são conferidas ao Presidente da República pelo Parágrafo 2º do Artigo 9º do Ato Institucional nº 4 de 7 de dezembro de 1966. Este código foi reformulado em termos de Ante-projeto para ser discutido, aprovado e decretado pelo Congresso Nacional. A participação de pescadores nessa reformulação é entretanto, inexpressiva.

A questão básica que se coloca é quanto à desarticulação deste Código - oficial - e sua legislação adicional com o código costumeiro, elaborado culturalmente pela população pesqueira no qual são considerados empiricamente os elementos de percepção do meio envolvente. A partir dele indaga-se: até que ponto, as normas estabelecidas oficialmente sobre direitos e deveres dos pescadores se coadunam com os direitos e deveres codificados pelo pescador a partir de sua convivência com o espaço aquático que está sobre o seu manejo? Até que ponto o primeiro se fundamenta no segundo? Em que ponto se inter cruzam (se é que se inter cruzam) esses dois códigos ?

Estas questões só poderão ser respondidas se se fizer uma análise *in totum* de seu conteúdo, tomando-se como parâmetro o código costumeiro do pescador. O que certamente não temos condições de fazer aqui, senão em uma outra oportunidade cujo produto será apresentado em trabalho posterior.

Importa reter por enquanto que há necessidade de uma revisão e reparos urgentes nas posturas legislativas relacionadas à pesca, para que se encontre alternativas para dirimir os conflitos que se verificam no setor pesqueiro artesanal e industrial e normatizar, de modo adequado e harmônico, a atividade pesqueira na diversidade ecológica que permeia a Amazônia e a suas unidades sociais. Há necessidade de se pôr em relevo as condições da realidade empírica onde a pesca é praticada e de se ouvir as considerações daqueles que conhecem profundamente a pesca nessa região, no caso os pescadores, seus legítimos representantes. Fato ausente no programa legislativo da SUDEPE, no Pará e no Brasil.

Para finalizar, uma palavra a mais há que ser dita. Se atualmente as Portarias que complementam o Código Oficial da pesca são feitas quase sempre à revelia da participação e sugestão desses pescadores, supõe-se que sua matriz tenha nascido de procedimentos idênticos. Isto não quer dizer que se desconheça os valores do referido código, ou que se ponha dúvidas em relação aos técnicos que o fizeram, porém, tem-se a convicção de que a experiência e o discurso do nativo - no caso os pescadores - são extremamente importantes como balizas na feitura de documentos decisórios para o setor.

Conquanto se reconheça a inadequação que existe em determinados aspectos desse Código de Pesca, percebe-se também a falta de postura legislativa para normatizar certos aspectos da atividade pesqueira, como por exemplo, o de fiscalização sobre desembarque, controle de qualidade e comercialização do pescado em portos como Belém, por parte da SUDEPE. Ficando este setor praticamente descoberto, revertendo em prejuízos ao consumidor do produto da pesca artesanal.

#### e) *A fragilidade da associação de classe dos pescadores artesanais*

A falta de uma organização associativa é outro problema que paira negativamente sobre a população que faz da pesca seu meio de vida.

Em tese existe uma organização que é representada pelas Colônias de Pescadores as quais se agrupam, a nível estadual, nas Federações dos Pescadores do Pará (FEPA).

Esta organização porém, é bastante frágil e funciona, desde a sua criação, em moldes essencialmente assistencialista/paternalista. Esse caráter tem suas origens na própria gênese das Colônias; implantadas nos fins dos anos 20 por decisão do governo federal, que tinha interesse de associar os pescadores da costa à segurança do território nacional, nesse trecho. Portanto, a idéia e a estrutura organizativa das Colônias de Pescadores, que permanece até hoje, veio *de fora para dentro*, através dos interesses do Estado.

Essa organização foi feita a partir da Missão do cruzador "José Bonifácio" que sintetizava a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços, no litoral brasileiro. Sob o comando de Frederico Villar, o cruzador "José Bonifácio" percorreu a costa brasileira desde o Cabo de Orange ao Chuf, durante quatro anos - de 1919 a 1923. Tal missão visava principalmente a "reunir os pescadores em colônias cooperativas, criar escolas, fundar postos de saneamento, dar-lhes saúde, instrução profissional, amparo e liberdade" Villar (1945:22-23).

A partir dessa *missão* surgiu a Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral Brasileiro, através do Decreto Federal 16.184 de 25 de outubro de 1923, (Hurley 1933:14) para gerir os assuntos da pesca no país.

A visão impressionista de Villar, apoiada pela ideologia do Estado em criar pontos de vigilância para a manutenção da segurança nacional, acelerou o processo de fundação das citadas Colônias<sup>50</sup>.

Seu primeiro regulamento data de 10 de janeiro de 1923. Foi elaborado com base na inspeção de Villar, no cruzador "José Bonifácio". Nesse regulamento era definido o conceito de Colônia; manifestava as preocupações\* com a preservação dos recursos naturais marinhos e já previa o assistencialismo, calcado na política da época<sup>51</sup> e na ideologia da segurança nacional.<sup>52</sup>

Villar dividiu o território paraense em quatro zonas para realizar sua inspeção: a costa, a região das ilhas, dos rios e dos lagos. Nestas eram fundadas as Colônias cujo poder diretivo se distribuía entre um presidente, um secretário e um tesoureiro eleito por voto direto. A elas atreavam-se os seus satélites as Capatazias. Estas são agremiações menores distribuídas em vários locais de suas respectivas jurisdições. Assim, em 1933 o Para já contava com 66 Colônias (Furtado 1981:34-35)

---

50 A pesca era vista como um elemento que contribuía grandemente para a vigilância da zona costeira do país: (Villar 1945:197) em razão dos agentes da pesca estarem sempre pelo litoral ou habitando-o, ou em operações pesqueiras no mar. Seriam, pois, pontas de lança na defesa da costa brasileira.

51 Segundo esse regulamento as Colônias de Pescadores eram agrupamentos que congregavam, pelo menos, 40 brasileiros ou naturalizados, matriculados nas Capitânicas dos Portos e dependências de seu foro. Outras características são indicadas em Furtado (1981:32).

52 "Navegando em várias direções, dentro de setores, em determinadas áreas ou zonas, estão aptos (os pescadores) a averiguar a presença ou a passagem de navios e aviões inimigos ou suspeitos, nessas áreas ou zonas..." Villar (1945:197).

Com essa estrutura interna, as Colônias perduram até hoje e o atual regulamento mantém a performance do anterior apresentado porém, em nova redação.

Este novo regulamento foi aprovado pelo Ministério da Agricultura, na gestão do Ministro José Francisco de Moura Cavalcanti através da Portaria 471, de 26 de dezembro de 1973.

A Federação dos Pescadores do Pará já tentou modificar este estatuto, porém por uma via que, a nosso ver, parece pouco estratégica no sentido de oferecer maior autonomia às Colônias, de assegurar benefícios sociais concretos ao pescador, ou de desvencilharem essas corporações do paternalismo ou da tutela que permeia a rede de relações nas várias instâncias da organização classista - Federação/Colônias/Capatazias.

Em várias ocasiões em que estivemos em trabalho de campo, tanto no Baixo Amazonas quanto no Litoral, constatamos a orientação que emanava da Federação para as Colônias no sentido de "reforma" dos Estatutos. Até chegamos a participar de uma reunião na Colônia de Pescadores Z-19 de Óbidos, num domingo, a convite dos pescadores locais. Neste dia iam discutir o estatuto - base para a reforma, recém enviado de Belém, pela Federação.

O Presidente da Z-19 ia lendo o documento-base (fazendo raríssimas modificações do estatuto vigente) e ia perguntando: "quem concorda com o que eu acabei de ler fique como está; quem não concordar, levante a mão". Olhava para pequena assembléia silente (diga-se, não representativa) e como ninguém se manifestasse contrariamente, concluiu com o "está aprovado". E passava a ler o item seguinte. E com esse procedimento ficara aprovado, naquela manhã, o estatuto para aquela Colônia, cujo referendun seria dado pela Federação *a posteriori*.

Na concepção da maioria dos pescadores, o fato de um documento, como este, vir já semi-pronto, "dispensa muitos comentários ou acréscimos", pois para eles são feitos por pessoas que "entendem" do assunto. Essa atitude vemos como uma espécie de consciência negadora que subjaz na mentalidade do pescador, sedimentada, por anos seguidos, pelas gestões do órgão associativista que se sucedem desde a sua gênese. Agrava-se ainda com os estereótipos que envolvem a categoria do pescador, atualizados no discurso do próprio pescador e dos segmentos envolventes.

Na consciência dos segmentos que interagem direta, indiretamente com os pescadores, a figura dele é representada como "um ignorante", "um burro", "o que não sabe gerir seus próprios negócios", "um incapaz", "um ingênuo", "sem traquejo para essas coisas".

Essa estereotipia, sedimentada na ideologia da classe dominante, alicerça e reforça o *status quo* em que se encontra a relação dirigente/dirigido dentro da órbita do associativismo vigente entre os pescadores do Pará e do Brasil.

Essa situação, entretanto, vai sendo rompida parcimoniosamente com a participação dos pescadores em movimentos sociais, entre os quais reponta o

trabalho da CNBB através da ação pastoral, no caso, a Pastoral da Pesca<sup>53</sup>. Esta desenvolve um trabalho social junto às colônias de Pescadores no sentido de refletir o papel social do homem enquanto trabalhador.

A partir de 1973, com a Portaria 471, já citada, as Colônias de Pescadores passam a ser consideradas como "Associação de Classe". Entretanto é uma associação sem a força política já alcançada por outras associações de caráter sindical. E com o estatuto que a regulamenta, submete-se a uma legislação autoritária que lhe restringe não só o poder reivindicatório dos pescadores como a própria expansão da estrutura das Colônias. E, por outro lado, marginaliza sub-repticiamente o código costumeiro do pescador, uma vez que esse tipo de código imposto (que é o, "Estatuto para as Colônias") se originou em instâncias completamente distantes do cotidiano do pescador. Embora dirigentes das Federações Estaduais das Colônias de Pescadores tenham sido envolvidos na leitura do referido estatuto, estes não são considerados, *strictum sensu*, efetivos militantes da pesca, pois a maioria das Colônias de Pescadores, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, são administradas por não-pescadores<sup>54</sup>.

Não obstante a perceptível debilidade associativista dos pescadores, há que se reconhecer nas Colônias de Pescadores, um espaço estratégico já garantido para que os pescadores, enquanto grupo, venham a se tornar uma entidade forte e capaz de atender à concretização de suas principais reivindicações<sup>55</sup>. Para que isso aconteça, é necessário porém: (1º) mudar o quadro estrutural de poder que as permeia; (2º) remover o caráter tutelar que circula nessa rede organizacional, Figura 7, colocando em seu lugar a livre iniciativa das diversas Colônias de Pescadores a fim de que elas postulem um estatuto adequado e operativo, segundo as condições sócio-culturais e ecológicas de seu contexto; e (3º) oferecer ao pescador *strictum sensu* o lugar que lhe é de direito, ou seja, o de assumir o papel de real dirigente de suas Colônias em suas várias instâncias: Confederação, Federações, Colônias e Capatazias de Pesca.

A Federação dos Pescadores do Pará (FEPA) foi a primeira Federação a ser fundada no Brasil, em 13 de agosto de 1920. É a mais numerosa em Colônias de Pescadores. Conta atualmente com 46 Colônias de Pescadores, as quais, como as de todo o Brasil, são designadas pelo prefixo Z. Acham-se distribuídas pelas "regiões do Marajó, Salgado, Baixo e Médio Amazonas, Belém e Tocantins" Federação dos Pescadores do Pará 1986.

<sup>53</sup> No Pará a ação da Pastoral da Pesca é recente e só apenas em algumas áreas, é que vem sendo manifestada como em Santarém, Óbidos (no Baixo Amazonas), Vizeu (no Litoral) e Arari (no Marajó).

<sup>54</sup> Ainda em 1988 o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores é nomeado pelo Ministro da Agricultura. A Federação dos Pescadores do Pará é dirigida por um não-pescador, antigo secretário de gestões anteriores da FEPA.

<sup>55</sup> Entre as principais reivindicações destacam-se: a defesa dos mananciais pesqueiros contra as invasões por barcos e/ou agentes da pesca industrial; autonomia e reorganização das Colônias de Pescadores; combate à pesca predatória; expurgo dos não-pescadores do quadro associativo das Colônias de Pescadores; união dos pescadores; efetiva assistência médico-hospitalar, social e creditícia ao pescador; aposentadoria aos 35 anos de trabalho ou 50 de idade. Na Carta de Óbidos, documento resultante do I Encontro de pescadores Artesanais do Médio Amazonas.

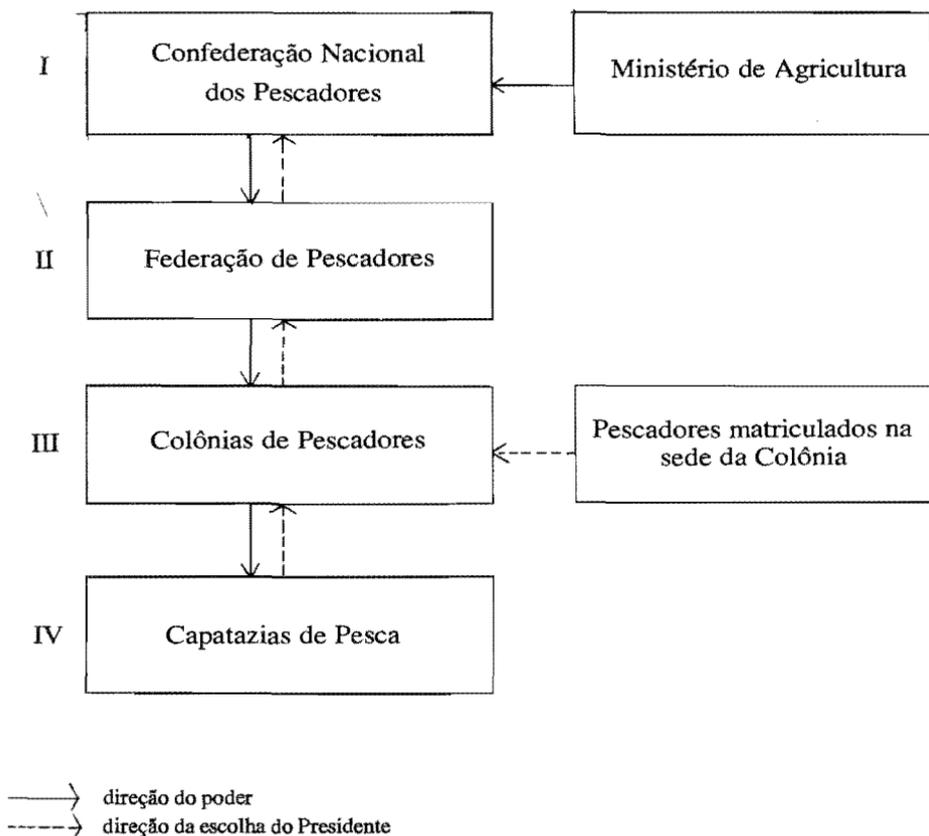


Figura 7 - Diagrama de relação de poder vigente na organização dos pequenos produtores de pesca. <sup>56</sup>

<sup>56</sup> Esse diagrama espelha a rede de relação de poder vigente na organização dos pequenos produtores da pesca. A situação I é o órgão aglutinador das Federações a nível dos Estados (situação II) que por sua vez congregam a situação III, concentrada nas principais áreas de pesca dos respectivos Estados. A situação IV são as ramificações da situação anterior.

O quadro nº 8 indica essa distribuição segundo a região, o local, o município respectivo, conforme a classificação da FEPA.

f) *Ingerências exteriores ao setor da vida associativa do pescador*

Para finalizar este elenco de dificuldades enfrentadas pelo pescador da região enfocada, há que se considerar as constantes interferências político-partidárias e de caráter administrativo que não raro, provocam dissidências no grupo de pescadores. Tais interferências foram observadas durante o trabalho de campo, concluindo-se por perceber interesses que extrapolam às aspirações da coletividade, do bem comum, em função de conquistas eleitoreiras para ocupação de cargos públicos e/ou de administração da própria associação formal dos pescadores.

Presenciamos a passagem de uma gestão administrativa da Colônia de Pescadores Z-19. O pretendente apresentou um programa, que era apoiado e aceito pela maioria dos associados, em contraposição à antiga administração. Anunciava-se portanto, uma liderança que viria dar à Colônia um posicionamento mais forte ao grupo enquanto produtores relevantes no processo econômico regional.

Ao assumir o posto de Presidente da Colônia, não demorou para ser envolvido por interesses pessoais e de facções políticas locais. Em consequência, reflexos negativos surgiram no seio da associação, subdividindo os pescadores dos quais muitos foram se afastando sob alegação de “maltratos”, “desconsiderações”, “falta de organização e de estímulo às unidades associativas”, tão importante para o fortalecimento político da mesma. Resultado, a Colônia ficou esfacelada em situação pior que a anterior.

Situações como essas dificultam a conquista e/ou o fortalecimento da unidade associativa, fato há muito reclamado pelos pescadores, em razão de já terem a consciência de que só com organização e unidade eles podem alcançar a consecução de seus direitos, dos privilégios enquanto produtores artesanais e a dissolução da consciência negadora de suas próprias potencialidades, que ainda, infelizmente, permeia o grupo seja nessa região, seja em outras já estudadas por nós, como no litoral paraense, na Zona do Salgado.

Quadro 8  
Quadro da distribuição das Colônias de Pescadores da FEPA

REGIÃO	NOMENCLATURA COM PREFIXO (COLÔNIA)	LOCAL	MUNICÍPIO
MARAJÓ	Z-01, de Soure	Soure	Soure
	Z-02, de Salvaterra	Salvaterra	Soure
	Z-22, de Ganhoão	Ganhoão	Chaves
	Z-24, de Ponta de Pedras	Ponta de Pedras	Ponta de Pedras
	Z-25, de Santa Cruz do Arari	Santa Cruz do Arari	Cachoeira do Arari
	Z-26, de Cachoeira do Arari	Cachoeira do Arari	Cachoeira do Arari
	Z-36, de S. Sebastião da B. V.	S. Sebastião da B. V.	S. Sebastião da B. V.
	Z-37, de Curralinho	Curralinho	Curralinho
	Z-40, de Aranaí	Aranaí	Cachoeira do Arari
SALGADO	Z-27, de Espírito Stº do Tauá	Espírito Stº do Tauá	Stº Antonio do Tauá
	Z-23, de Colares	Colares	Colares
	Z-03, de Vigia	Vigia	Vigia
	Z-04, de S. Caetano de Odivelas	S. Caetano de Odivelas	S. Caetano de Odivelas
	Z-05, de Curuçá	Curuçá	Curuçá
	Z-06, de Marapanim	Marapanim	Marapanim
	Z-07, de Maracanã	Maracanã	Maracanã
	Z-45, de Maurícia	Maurícia	Benevides
BRAGANTINA	Z-08, de S. João de Pirabas	São João de Pirabas	São João de Pirabas
	Z-17, de Bragança	Bragança	Bragança
	Z-18, de Augusto Correa	Augusto Correa	Augusto Correa
	Z-21, de Vizeu	Vizeu	Vizeu
	Z-29, de Salinópolis (Salinas)	Salinas	Salinas

Quadro 8 (continuação)

REGIÃO	NOMENCLATURA COM PREFIXO (COLÔNIA)	LOCAL	MUNICÍPIO
BAIXO E MÉDIO AMAZONAS	Z-11, de Monte Alegre Z-19, de Óbidos Z-20, de Santarém Z-28, de Alenquer Z-31, de Prainha Z-33, de Almerim Z-35, de Bagre Z-41, de Oriximiná Z-42, de Juruti	Monte Alegre Óbidos Santarém Alenquer Prainha Almerim Bagre Oriximiná Juruti	Monte Alegre Óbidos Santarém Alenquer Prainha Almerim Bagre Oriximiná Juruti
BELÉM	Z-09, de Mosqueiro Z-10, de Icoaraci	Mosqueiro Icoaraci	Mosqueiro Icoaraci
TOCANTINS/ ARAGUAIA	Z-13, de Barcarena Z-14, de Abaetetuba Z-15, de Igarapé-Miri Z-16, de Cametá Z-30, de Marabá Z-32, de Tucuruí Z-34, de Baião Z-38, de Mocajuba Z-46, de Limoeiro do Ajuru Z-43, de Jacundá Z-44, de Itupiranga Z-35, de Conceição do Araguaia		

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ. 1981 (1979) Belém, IDESP, v3.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ. 1982 (1980) Belém, IDESP, v4.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ. 1982 (1982/83) Belém, IDESP, v6.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ. 1982 (1984) Belém, IDESP, v7.
- BRITO, R.C.C. 1975. *A Pesca empresarial no Pará*. Belém, IDESP.
- DARDEL, E. 1946. *Les pêches maritimes*. Paris, Presse Universitarie. 126p.
- FAILA com que o Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu; Presidente da Província abriu a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram Pará em 16 de junho de 1879. Pará, Typ. Liberal do Pará, 1879.
- FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO PARÁ. 1986. *Exposição para o encontro estadual sobre o gerenciamento dos recursos hídricos*. Arquivo/FEPA.
- FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO PARÁ. s.d. *A invasão da pesca industrial nas áreas dos pescadores artesanais*. Belém, 4p. mimeografado.
- FIRTH, R. 1978. *Tipos humanos* (Human types; an introduction to social Anthropology). São Paulo, Mestre Jou.
- FREITAS, L.A.S. 1977 *Uma estratégia para o desenvolvimento da pesca na Amazônia Ocidental*. Manaus, Imprensa Oficial, 62p.
- FURTADO, L.G. 1980. *Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 369p. Tese de mestrado. mimeografado.
- FURTADO, L.G. 1981. Pesca artesanal; um delineamento de sua história no Pará. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, nova sér. Antropol.*, Belém, (79): 1-50.
- FURTADO, L.G. 1987. *Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi-CNPq. 366p.
- FURTADO, L.G. & NASCIMENTO, I.H. 1982. Pescadores-de-linha no litoral paraense: uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, nova sér. Antropol.*, Belém, (82): 1-49, abr.
- GOELDI, E.A. 1900. Reinos da natureza, encarados do ponto de vista prático: In: PARÁ. Governo. *O Pará em 1900*. Belém, Impr. Alfredo Augusto Silva, 297p.
- GOULDING, M. 1979. *Ecologia da pesca do Rio Madeira*. Manaus, INPA, 172p., il.
- HURLEY, J. 1933. *No domínio das águas*; livro dos pescadores paraenses, história da pesca no Pará. Belém, Typ. Instituto D. Macedo Costa, 114p., il.
- IBGE. 1971. *Carta internacional do mundo ao 1.000.000º*. Folha SA-21. Santarém. Rio de Janeiro.
- IBGE. 1983. *Estatística da Pesca*. v.2. n.1 (1º semestre) 1981. Rio de Janeiro, 69p.
- IBGE. 1983. *Estatística da Pesca*. v.3. n.1 (1º semestre) 1982, jan./jun. Rio de Janeiro, 72p.
- IDESP. 1968. *A Pesca no Pará; setor aberto e investimentos*. Belém, 25p. (Estudos Paraenses, 11).

- LOUREIRO, V.R. 1985. *Os parceiros do mar; natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi-CNPq. 227p., il. Museu Paraense Emílio Goeldi - CNPq.
- MANESCHY, C.A. 1989. *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém, UFPA/NAEA, 223 P.
- MESCHKAT, A. 1959. *Considerações sobre a pesca na Amazônia*. Belém, SPVEA. (Série Recursos Naturais).
- MELLO, A.F. 1985. *A Pesca sob o Capital; a tecnologia a serviço da dominação*. Belém, GEU/UFPA. 296p.
- PARA. Leis decretos, etc. 1862. *Collecção das leis da Província do Gran-Pará Anno de 1859*. Belém, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, t.21, part. 1.
- PENNER, M.E.S. 1984. *A Dialética da Atividade pesqueira no nordeste amazônico*. Belém, Universidade Federal do Pará, 158p.
- RELATÓRIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial por S. Exa. o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente da Província, em 15 de agosto de 1867. Typ. de Frederico Rhossard, 1867.
- RELATÓRIO com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, passou a administração da Província do Pará ao Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março de 1878. Pará. typ. Guttemberg. 1878.
- ROCHA, J.A.P. 1968. *Breve estudo econômico sobre os principais municípios paraenses produtores de pescado*. Belém, IDESP. 24p. (Ser. Documentos Breves).
- RODRIGUES FERREIRA, A. 1972. *Viagem filosófica pelas Capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 246p., il. (Memórias: Zoologia, Botânica).
- SANTA ANNA, N. Barão de. 1979. *O País das Amazonas*. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, Ed. Univ. São Paulo. (Coleção Reconquista do Brasil, 43).
- SOUSA, I. 1973. *O cacaulista; cenas de vida do Amazonas*. Belém, UFPA. 146p., il.
- SUDEPE. 1975. *Hidroservice*. Estudo de viabilidade técnico-econômica e anteprojeto para a construção do terminal pesqueiro da cidade de Belém, estado do Pará - Relatório Final, v.4.HE 258-RO1-1275. São Paulo, 213p.
- SUDEPE. 1986. *Relatório da 2ª Reunião do Grupo Permanente de Estudos (GPE) de Camarão da Costa Norte do Brasil*. Sub grupo de Biologia Pesqueira e Tecnologia de Pesca: Versão preliminar. Brasília, 47p., mimeografado.
- VERÍSSIMO, J. 1970. *A pesca na Amazônia*. Belém, UFPA. 130p. (Coleção Amazônica, Ser. José Veríssimo).
- VILLAR, F. 1945. *A missão do Cruzador José Bonifácio*. Rio de Janeiro, Laemmert.

Recebido em 02.03.90  
Aprovado em 30.03.90